



Anais da Assembléia

N.º 130

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 196ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e João Cioni Netto (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 240/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam CASAS ESCOLARES do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 199/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam as Casas Escolares: Basílio da Gama, Rui Barbosa, Bartolomeu Dias, Henrique Dias, Cassimiro de Abreu, Barão do Rio Branco, Duarte da Costa e o Ginásio Estadual João Cavalli da Costa, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 240/76

A presente Proposição número 240/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/76. Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 197ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e João Cioni Netto (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM Nº 127/76

Curitiba, 07 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado e o município de AMAPORÁ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 128/76

Curitiba, 07 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 129/76

Curitiba, 07 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 17 de agosto de 1976, ao Convênio número 13, celebrado em 22 de maio de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Fóz do Iguaçu, com a interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação do “Plano de Desenvolvimento Urbano de Fóz do Iguaçu”.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e conside-

ração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o número 194/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei número:

38/76: Do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini, atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença, o qual convertido em Lei tomou o número 6831. — (Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei número 104/76, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, desta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados ofícios ao Exmo. Sr. PAULO AZEVEDO BERUTTI, DD. Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e ao Exmo. Sr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando providências no sentido de coibir a devastação que se verifica na Serra do Mar, fato que vem sendo seguidamente denunciado por toda a imprensa paranaense, com base em depoimentos de renomados técnicos.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Apesar dos constantes apelos formulados pela imprensa do Paraná, no sentido de que as autoridades competentes tomem as medidas cabíveis, a devastação da Serra do Mar continua a ser procedida de maneira indiscriminada.

O fenômeno da erosão já se faz sentir, causando deslizamentos de terra na rodovia Curitiba-Paranaguá.

Segundo os técnicos, o próprio abastecimento de água desta Capital, corre perigo, pois, com a carreação de matéria orgânica existente no solo, as águas puras que hoje servem Curitiba, em pouco tempo estarão barrentas.

Outro ponto a destacar, é a falta de maior atenção em relação à área destinada ao Parque Marumby.

Em nosso Estado, cabe à Secretaria da Agricultura, através de seus órgãos próprios, tomar as medidas cabíveis.

No âmbito federal, é de se estranhar a passividade do IBDF, ante o problema, pois, este deputado seguidamente recebe de diversas autoridades, comunicado de que o excesso de zelo desse instituto em relação ao Parque Nacional do Iguaçu não permite sequer que adentre àquela área de terras mesmo com o objetivo técnico de se proceder estudos para implantação ou conservação de rodovias, bem como é notória a sua ação no sentido de obstruir o plantio por parte de proprietários de terras que estão sendo objeto de discutível desapropriação.

Enquanto isso, na Serra do Mar, a devastação continua,

com plantações irregulares, pondo em risco não só vidas humanas como os próprios benefícios oriundos da natureza.

Para finalizar, queremos expressar o nosso reconhecimento pelo relevante trabalho que vem sendo exercido em resguardo de nosso solo, pela sadia imprensa do Paraná, através de valorosas equipes, formadas por competentes profissionais, os quais não estão medindo esforços para que esta meritória campanha obtenha os resultados almejados, pois, a Serra do Mar e as cidades que dependem da preservação de suas matas, constituem-se em preciosa porção do nosso Brasil!

Estas, algumas das razões pelas quais solicitamos a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, Requer a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Borsari Netto, DD. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de determinar que permaneça aberta a Biblioteca Pública, aos sábados, até às 18,00 horas.

Tal providência virá atender sentidas necessidades de estudantes e outras pessoas interessadas em pesquisas que devido aos seus compromissos de trabalho e estudos nos outros dias da semana, inclusive à noite, não podem utilizar esse meio de acesso à obras de seu interesse, considerando-se ainda o aspecto do estudante carente de recursos.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Senhor ENY ALVES NEVES, digno chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de abolir a fiscalização nos Postos de Tonelagem nas diversas rodovias dentro do Estado do Paraná, pelos motivos que abaixo justifica.

JUSTIFICATIVA:

A fiscalização de tonelagem nas diversas estradas de nosso Estado, pelos Agentes Federais, não estavam sendo feitas há mais de três anos, porém, desde a semana passada, começou a ser exercida rigorosamente, trazendo com isso, além do atraso do escoamento da atual safra, com as filas quilométricas que se formam nas proximidades dos Postos em questão, enormes prejuízos, tanto para a nossa economia, como também para os condutores dos veículos, pois, ao ser constatado o mínimo excesso de carga, é cobrada uma multa que às vezes ultrapassa o lucro do frete cobrado pelo condutor.

Por isso, atendendo às diversas reclamações de motoristas que freqüentemente transportam suas cargas por nossas Rodovias, é que se faz este apelo ao Senhor Chefe do D.N.E.R., solicitando do mesmo as providências que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos cinco minutos que me concede no Pequeno Expediente, eu gostaria de fazer duas considerações.

Em primeiro lugar, que, em 1973, em abril de 1973 nós, aceitando o honroso convite do saudoso ex-Governador Parigot de Souza, assumíamos a Secretaria da Educação e Cultura do

Paraná.

Recebêramos das mãos do ex-Secretário Roberto Linhares da Costa, um Estatuto, iniciado o estudo através de uma Comissão Especial. Terminamos este estudo que estava trinta a quarenta por cento elaborado, em meados de junho daquele ano. Um trabalho de 60 dias.

Levamos às mãos do Sr. Governador do Estado da época, Sr. Governador Parigot de Souza, que por fatalidade histórica veio a falecer no mês seguinte, em 11 de julho. Por modificação do esquema político-administrativo do Estado, nós entregamos à Secretaria da Educação, ao nosso sucessor, por indicação do novo Governador, Emílio Gomes. Voltamos à nossa Maringá e lá permanecemos até a última eleição para Deputado Estadual em que, para honra e satisfação pessoal nossa, tivemos uma expressiva votação daquela região, e aqui estamos representando uma parcela ponderável do povo do Paraná.

Ainda o ano passado, como Deputado Estadual, nós tivemos a convocação, através de requerimento de nossa autoria, do Sr. Secretário de Educação do Estado, para perguntar, sobretudo quando seria enviado a esta Casa o Estatuto do Magistério. Entramos também com um projeto, conhecedores que éramos na ocasião da inviabilidade da iniciativa, mas como uma das fórmulas a mais, para tentarmos urgenciar o envio deste documento a esta Casa.

Com a convocação do Secretário e a promessa do envio do Estatuto, do anteprojeto, nós, em dezembro do ano passado, ocupamos esta tribuna para, através do requerimento, retirarmos nosso projeto, uma vez que ele cumpria, naquela ocasião, o seu objetivo que era a remessa, a esta Assembléia, do projeto do Governo do Estado.

Fiz este rápido retrospecto histórico para posicionar o que farei hoje nesta sessão importante, talvez a mais importante do ano, uma vez que votamos, também, um dos mais importantes documentos da atual Legislatura.

Como professor que sou, como ex-Secretário de Educação e, acima disto, como representante de uma parcela do povo do Paraná, votarei de acordo com a minha consciência, suprapartidariamente, e também, mais do que isto, pensando na representação que possuo nesta Casa, parcela ponderável de professores também, procurando, nas emendas que subscreitei, e nas emendas que apoiei, defendê-las neste plenário e aprová-las, se necessário, repetindo, agindo de uma forma supra-partidária, e pensando, sobretudo, no bem-estar do Professor do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro orador inscrito, no Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em data de 02 de junho do corrente ano, quando este Deputado ocupava a Liderança da bancada do MDB, defendia requerimento de autoria do Deputado Enéas Faria, que visava obter os resultados da Pesquisa de Opinião Pública, encomendada pelo Governo do Estado, ao Instituto Gallup, asseverei de que se não obtivéssemos êxito naquela oportunidade, recorreríamos à Justiça Comum, para vermos resguardados os direitos da Opinião Pública.

No calor dos debates, um eminente Deputado arenista, chegou a afirmar que estávamos ameaçando, quando dizíamos que levaríamos o caso à Justiça.

Data vênica, dizer que se procurará a Justiça, jamais poderá ser interpretado e conceituado como ameaça. O direito a recorrer à Justiça não é ameaça. O exercício de um direito não pode significar dano a outrem, pois o ordenamento jurídico é harmônico e a cada direito corresponde uma obrigação ou um dever.

Em data de 04 de junho de 1976, dois dias pós aquele debate, este Deputado, usando das prerrogativas não de parlamentar, mas de simples cidadão e eleitor deste Estado, deu entrada na Casa Civil do Governo do Estado, do seguinte requere-

rimento: (Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este requerimento protocolado sob o número 4318, de 04 de junho de 1976, não recebeu pronunciamento e despacho por quem de direito, fazendo com que, no exercício de nossos direitos, pela notificação judicial 12591, distribuída à 15ª Vara Cível da Capital, notificássemos o Governo do Estado do Paraná, com a finalidade de o constituir em mora. Fixado o prazo de 5 dias e citado o Governo na pessoa do Procurador Geral do Estado, em data de 05 de outubro corrente, ainda não nos foram concedidas as certidões solicitadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, desejo comunicar à Casa e aos nobres Pares, que ingressarei com o competente mandado de segurança, para obter as certidões. A Constituição Federal no seu artigo 153, § 35, estabelece: "A Lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações".

E o insigne mestre Pontes de Miranda, comentando essa disposição constitucional — que é a mesma da Carta de 1967 — assim ensina: "A expedição de certidões requeridas para defesa de direito cumpre frisar-se, de modo nenhum pode depender de apreciação da espécie pela repartição que a de passar. Seria permitir-se à autoridade administrativa, arbítrio ou, pelo menos, pré-exame de direito". E, com referência ao esclarecimento de situações, assevera o doutrinador: "Ainda estatui o artigo 150, § 34, que se assegure e deve-se ler, "aos brasileiros, natos ou naturalizados, ou aos estrangeiros, residentes ou não, a expedição de certidões que sirvam ao esclarecimento e situações".

Portanto, não só em caso de negócios públicos, ressalvados quanto a essas certidões os casos em que o interesse público imponha segredo ou reserva.

Data vênha, o interesse público outro não é, no caso, que o de conhecer os resultados da pesquisa. Foi dinheiro público que pagou tal pesquisa. Em nada compromete a segurança do Estado a revelação de uma pesquisa que, inclusive, pode ser contestada, pois não passa de um estudo sociológico que depende de difícil e incerta comprovação.

As pesquisas realizadas em 1974, não apontavam o MDB como vencedor das eleições. Apenas para citar exemplo. E, por tal razão não se poderá afirmar que isso constitua assunto sigiloso ou reservado.

"A verba empenhada, pelo contrário, foi a destinada à divulgação dos atos do Governo. Assim é que o Governo de São Paulo, recentemente divulgou o resultado conseguido, conforme informa o jornal a "Voz do Paraná".

A "Voz do Paraná", número 1010, de 3 a 9 de outubro de 1976, na primeira página, sob a manchete DIVULGAÇÃO. A "Folha de São Paulo", do dia 28 de setembro, divulgou, citando uma fonte do Palácio Bandeirantes, os resultados de uma pesquisa encomendada pelo Governo de São Paulo, demonstrando os índices de aceitação dos dois Partidos. Os resultados são, francamente, favoráveis ao MDB, tanto no interior como na Capital paulista, com diferenças de cinco e seis por cento, respectivamente.

A divulgação dos resultados completos, inclusive, das preferências em vários municípios do interior, faz lembrar, por antítese, a posição do Governo do Estado do Paraná que, de posse de pesquisa idêntica, recusou-se a divulgar, em meados deste ano.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vemos outro caminho, senão, o da Justiça.

É evidente que não é a primeira vez que decisões eminentemente políticas nesta Casa, desconheciam direitos líquidos e certos. A oposição recorrendo à Justiça, neste Estado, conseguiu derrubar até uma Constituição Estadual e por não vermos outros caminho, por não nos quedarmos ante a prevalência de interesses egoísticos do grupo detentor do poder, iremos à Jus-

tiça, para revelar à opinião pública o resultado de uma pesquisa realizada com o dinheiro do povo e por verba destinada a, exatamente, divulgar e não esconder os atos deste Governo, que mesmo sem ter sido eleito pelo povo, deve respeitá-lo e também justificar seus procedimentos".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, segundo orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Algum tempo atrás, viemos a esta tribuna para caracterizar o nosso País, como "país do medo"; e, realmente, vivemos no "país do medo". A senha dada pelo Sr. Presidente da República ao classificar os homens da Oposição como "inimigos", a senha dada em Marechal Cândido Rondon, pelo Sr. Presidente da República, ao afirmar que as próximas eleições se constituem num plebiscito, esta senha tem valido para os homens que mandam neste País, desde Ministros, Governadores, até um inspetor de quartelão, como a senha de corrupção eleitoral que, como nunca, está semeando a discórdia em todo este País. Ministros, Governadores, secretários, prefeitos, vereadores e, até, um mísero inspetor de quartelão, entendendo a senha do Sr. Presidente, acredito, erroneamente, estão a corromper o que deveriam ser eleições limpas e livres.

Repito — o que se tem dito nesta Casa. O importante não é só a intenção do Sr. Presidente da República; tão importante, é a arma que fica com o guarda da esquina. E, é contra esses guardas de esquina, que estão livres e soltos, neste País, a corromper uma eleição, que nós levantamos a nossa voz.

Venho do interior, de diversos municípios. Realizei comícios sob pressão; realizei, como foi o caso, em Realeza, sob a coação policial de beaguins que, sem coragem de nos enfrentar nas urnas, procuram tumultuar uma eleição que deveria ser limpa.

Vimos da região sudoeste e temos em mãos o jornal "O Estado de São Paulo" de hoje, no qual são transcritas denúncias feitas por este Deputado sobre o problema do uso da máquina eleitoral, da máquina oficial do nosso Estado para corromper as eleições que se avizinham.

Na nossa região, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estabeleceu que doente só fica doente em vésperas de eleições. Irmãos, Governo Federal e Governo Estadual, lá está como um dos exemplos, um carro do FUNRURAL, que é fruto do trabalho do trabalhador rural, a distribuir remédios, conjuntamente com propaganda eleitoral. FUNRURAL que entrega, à Secretaria de Saúde, deste Estado, um ônibus equipado para, às vésperas de eleições, mentir para o povo do Interior.

Tenho em mãos um envelope, no qual, um remédio que serve para todas as doenças, desde o câncer até o resfriado, é distribuído. Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o envelope com propaganda eleitoral, dentro do qual são distribuídas sulfas, remédios milagrosos, com propaganda política do candidato a Prefeito e do candidato a vice-Prefeito além do Partido a que pertence, a que pertencem. Homens dignos e honestos, que levados pela senha mal interpretada, acredito, também são vítimas deste estado de coisas que se implantou neste País, quando os tecnocratas baniram os políticos. Mas, é impressionante a amoralidade das coisas neste Estado.

"O Estado de São Paulo" gravou, e transcreveu em sua página de hoje, que um médico, chefe de um Posto de Saúde, está a usar tal envelope porque não encontrou apoio em outro candidato que fizesse tal doação. A amoralidade vai mais longe quando admite, aos candidatos a vereadores, às esposas dos candidatos a vereadores, que fiquem a auxiliar uma pseudo médica, e aí a gravidade da denúncia, porque está lá uma senhora a se dizer médica, a fazer exames contra o câncer, e que, na verdade, de acordo com declarações do próprio médico do Posto de Saúde, e gravadas pelo "O Estado de São Paulo", médica não é, mas que está a ludibriar a boa fé dos homens do Inte-

rior deste Estado.

Mas, vai mais longe a situação no Interior deste Estado. Uma boa idéia, que é o INAN, está sendo utilizado às vésperas de eleições, conforme o testemunho do "O Estado de São Paulo", que ficou, durante quatro dias, naquela região, ouvindo e gravando. Tivemos a infelicidade de assistir a uma cena degradante porque antes de receber comida do INAN, comida comprada com o dinheiro do povo brasileiro, os miseráveis de nossa terra, são obrigados a se reunirem num comitê político, para ouvirem pregação política para, então, cadastrados, receberem comida, a comida que já pertence a eles, trabalhadores e homens do meio rural.

Mas, o mais grave é a testemunha de todas as autoridades deste Estado, que permitiram durante a visita do Sr. Governador, que as pessoas cadastradas fossem obrigadas a comparecer no comício do Sr. Governador. E lá foi feita a chamada, de mulher por mulher e as que não compareceram, as que não se apresentaram ao Governador do Estado, durante o comício, foram ameaçadas de ter suas quotas de alimentação cortadas, como se só aqueles que bajulam tivessem direitos nesta Pátria.

Mas, vai mais longe, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu desafio a maior instituição bancária que temos neste Estado, a que apresente o volume de investimentos feitos na minha terra e o compare com o volume de investimentos feitos nestes últimos meses nos municípios onde o Banco do Estado do Paraná mantém agências. Porque lá, Srs. Deputados, o candidato do Governo, homem digno, é gerente do Banco e o Governo determinou que na minha cidade, no meu município todas as facilidades fossem dadas àqueles que precisassem de crédito.

Mas é triste e lastimável neste Estado do Paraná, o Estado tão mancheteado, tantas vezes degradado, é lastimável que um Deputado como este que vos fala tenha tido a decepção tremenda de ao indagar ao Sr. Diretor Geral do DER, Tancredo Benghi, se era verdade que ele havia admitido entregar uma máquina do DER, as mesmas que fazem falta nas estradas do Paraná, ao comitê político da Arena, ele, para tristeza deste que é seu amigo, teve que admitir que é verdade porque a ordem é ganhar a eleição, como se isto fosse uma batalha.

É lastimável que um colega meu, um amigo meu, chegue a este ponto, tendo que admitir a corrupção eleitoral.

Mas vão mais longe as desgraças deste Estado. E hoje é bem oportuno que se fale, quando se está a discutir o Estatuto do Magistério e quando temos como um dos pontos mais controversos a remoção de professores por interesse do ensino. Na minha terra, na minha região, irmanados Governo Federal e Governo Estadual estão a corromper, estão a ameaçar e eu provo e dou os nomes: Sr. Isídio Perondi, responsável pelo FENAME da minha terra, teve a surpresa, de um momento para outro, de ter um carro às suas portas a recolher o material do Ministério da Educação, porque não quis comparecer à uma reunião da Arena. Teve de um momento para outro, sem processo, pela simples acusação de não querer partilhar com os poderosos da Arena, a sua representação tirada.

Tínhamos um Gerente da Caixa Econômica Federal, Sr. Aguinaldo Batista, que há seis meses se encontrava na minha terra, e este cidadão, pelo simples fato de se negar a comparecer numa reunião da Arena, teve o seu cargo rebaixado e transferido para uma agência desta Capital. Não se tem segurança neste País. E para culminar, parece coisa de criança, o Sr. Estevão Rizzo, Gerente da SANEPAR da minha terra, ao se negar a fazer uma entrada de água, que seria contra a técnica recomendada pela própria SANEPAR, e por pedido de um poderoso da Arena, teve a seguinte afirmação:

— Ou faz, ou será denunciado ao Governador. E foi denunciado ao Governador. Foi transferido da minha terra para a Capital, porque o crime que ele cometeu era seguir as recomendações da SANEPAR. E outro jeito não tiveram a não ser promovê-lo, trazendo-o para a Capital.

E é neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se discute a remoção de Professores que eu quero alertar a todos do que ocorrerá amanhã, quando professores que não forem subservientes, contestarem os poderosos do Governo, e serão liminarmente transferidos.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a televisão e a rádio deste País, estão fechadas para os homens da oposição; é por isso, senhores, que nós temos de passar o vexame de ver e ouvir as discussões que se fazem nos Estados Unidos, e não podemos ouvir o que quer dizer o nosso Vereador.

É por isso que já disse o "Pasquim" e disse muito bem, que um país sem feijão, tem que votar na Oposição.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Para corroborar com o que diz V. Exa. e mais ainda, para aduzir todas as críticas e denúncias que V. Exa. faz hoje desta tribuna, por certo não se localizam apenas na sua região, lá no Sudoeste do Estado, tudo isso ocorre e campeia às soltas, eminente Deputado, no Paraná inteiro.

E cada um de nós, podemos dar testemunho daquilo que está ocorrendo, daquilo que está se verificando, em cada recanto, em cada município deste Paraná. Parece que as coisas foram invertidas; o Poder Público é sacrifício, o Poder Público é ônus, o Poder Público é oferta, não pode se transformar em qualquer coisa diferente disso, a que alguém se atreve com tanta gana, de forma a jamais querer de lá ser apeado.

Mas, a prevalecer tudo isso, a prevalecer o que faz este governo, e os governos que a este antecederam, era preferível para o nosso povo e para a nossa gente e para todas as classes e categorias sociais, eminente Deputado, para que se pudesse ter um pouco mais de alegria nesta terra paranaense, era preciso que nós tivéssemos eleições de seis em seis meses, porque aí, o governo seria operoso, porque aí, o governo trabalharia, porque aí, o governo produziria.

Muito obrigado.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero me congratular com V. Exa. porque vejo que a imprensa nacional deu destaque já na edição de hoje, ao pronunciamento que V. Exa. faz nesta tarde, nesta Assembléia.

Mas, eminente Deputado, V. Exa. abrange o Sudoeste do Paraná, nas denúncias que faz.

Quer me parecer, que os acontecimentos narrados por V. Exa. — não entro no mérito, se verdadeiros ou não — se circunscreve à área do município de Francisco Beltrão.

Para contestar o que o eminente Deputado Enéas Faria acabou de afirmar, devo dizer a V. Exa. que o candidato do MDB à Prefeitura Municipal de Pato Branco, é gerente do Banco do Brasil, instituição de crédito, do Governo Federal, porque o governo, é acionista majoritário.

E as queixas da ARENA naquele município, eminente Deputado, são de que o gerente do Banco do Brasil, candidato do MDB, só empresta dinheiro a quem se compromete a votar no MDB.

Nós temos recebido queixas, inúmeras. Sabíamos de antemão que o cidadão estava inscrito no MDB, trabalhava para o MDB; gestionava sempre, atuava violentamente em favor do MDB, naturalmente contra a ARENA, e nem por isso, ele foi transferido, foi rebaixado. Removido, continuou na sua posição de chefe da CREA, sub-gerente e noutras funções que ocupava e continua ocupando.

O candidato a vice-Prefeito de Pato Branco, eminente Deputado, foi por mim indicado, e nomeado pelo Governador, para Diretor do Ginásio Estadual de Bom Sucesso, teve as aulas suplementares que quis, que exigiu, e recebe, hoje, integralmente, também o "quantum" das aulas suplementares, em licença, para promover sua campanha eleitoral.

No entanto, eminente Deputado, ouço críticas violentas

contra o comportamento da ARENA, dos homens do Governo, como se estivéssemos fazendo pressão, pressão contra os homens da Oposição.

Eu, eminente Deputado, honestamente, não posso aceitar essas críticas, porque, para mim não são verdadeiras.

Poderia, nobre Deputado, enumerar diversos candidatos, funcionários públicos, candidatos da Oposição, que têm recebido, da nossa parte, todo o respeito, toda a consideração.

No caso específico de Francisco Beltrão, a ARENA comenta que o Poder Público Municipal, entregue às mãos honradas de um homem do MDB, também exercita o tráfico de influências no desenrolar da campanha política; distribui favores a eleitores do MDB e procura não atender a área da ARENA. E nós estamos assistindo esse comportamento tranqüilamente. Aliás, é um comportamento natural, porque cada um usa o que tem, no desenvolvimento de sua campanha política.

Agora, pretender que um Ministro, que um Governador, que um Secretário de Estado, não participe da campanha da ARENA, é pretender amordçar a ARENA.

V. Exa. não tem rádio e televisão, nós também não temos. Não há uma lei discricionária. A lei é de caráter genérico, impessoal, o que vale para o MDB, vale para a ARENA.

O que as rádios e televisões transmitem são as obras, os serviços que estão sendo desenvolvidos para o bem-estar de nossa gente para o desenvolvimento de nosso Estado.

O que podemos dizer, nas rádios e televisões, é que o Paraná sente-se orgulhoso desta administração; e, internamente, não deve nada, paga seus funcionários em dia, coisa que não acontece com muitos Estados. E isso, graças a boa administração que temos neste Estado, porque o Governador de nosso Estado, ao gerir os negócios públicos, tem a cabeça no lugar.

Então, eminente Deputado, fique certo V. Exa. de que a ARENA está crescendo assustadoramente. E, em 15 de novembro, indiscutivelmente, o nosso Partido vai dar uma demonstração de grandeza, de pujança e teremos uma das maiores vitórias eleitorais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa., no entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, gostaria que o tempo concedido à Liderança do MDB fosse transferido ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa transfere o tempo destinado ao MDB ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Concederei após responder o aparte do Deputado Ivo Thomazoni.

O ilustre Deputado Líder do Governo, tem razão, quando pretende defender o Governo, tem razão de querer fazer pregação política, nesta Casa, é sua obrigação, como é a nossa, fazer política. Mas, no seu aparte, S. Exa. citou que a Prefeitura de Francisco Beltrão “também” usou de sua influência para fazer política. Esse “também”, é muito significativo, porque quer dizer, que também admite, e nossas acusações, então, são válidas. E fica o Sr. Líder do Governo autorizado — e não haveria razão de uma autorização — a trazer a esta Casa, cumprindo sua obrigação, de trazer ao conhecimento do povo paranaense a corrupção que porventura esteja havendo naquela Prefeitura.

O Sr. Ivo Thomazoni — Não falei em corrupção...

O SR. DENI SCHWARTZ — Ou, então, o uso da máquina municipal para a eleição.

O Sr. Ivo Thomazoni — Eu validei até o comportamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Este é outro tópico. Diz o Líder do Governo que “cada um usa o que tem”. Foram essas suas palavras. E esse amoralismo, e aí fico acima dos partidos políticos, porque creio que homens do MDB realmente usam e sei que o que o nobre Líder do Governo conhece bem o Prefeito de Francisco Beltrão, sei que existem homens do MDB neste

País, que praticam o que condenamos. Mas, com esse amoralismo, do “usar o que tem”, nós não podemos concordar. Como concordamos que se use um bem público, como concordamos que se use dinheiro público para fazer campanha política? Seja de que lado for, é esse amoralismo que combatemos neste País e que acreditamos tenha sido gerido pela má interpretação de uma verdadeira senha dada pelo Sr. Presidente da República, quando a nós chamou de inimigo, como se essa Pátria fosse composta de amigos e inimigos. Creio que houve má interpretação, creio que o Sr. Presidente da República foi infeliz ao usar o termo, mas há que se fazer alguma coisa neste País, para se repor no devido lugar a consciência brasileira. O que não se pode admitir, é que sejamos caminheiros ausentes de tudo o que está ocorrendo. Somos nós a casa política. Somos nós que temos que fazer política, ou deixaremos a quem, ao inspetor de quarteirão, ao Delegado de Polícia?

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Deni Schwartz, evidentemente existe um ditado popular, que diz “quem cala consente”. E ante o aparte do ilustre Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo, trazendo à discussão assunto sobre Pato Branco, em absoluto não poderíamos silenciar. Alguns reparos devem ser feitos. Nosso candidato à Prefeitura de Pato Branco, Sr. Antônio Carlos Almeida, realmente ocupava há 10 anos o Banco do Brasil de Pato Branco, inicialmente a ocupação era no Caixa e depois como Gerente da Carteira, e era filiado ao MDB, há mais de 3 anos.

Antônio Carlos Almeida não é o único candidato do Banco do Brasil pelo MDB. O nosso Senador Leite Chaves, era funcionário do Banco do Brasil, nosso Deputado Federal Sebastião Rodrigues foi Gerente do Banco do Brasil em Pato Branco e Francisco Beltrão. Fernando Gama e muitos outros da legião do MDB, funcionários de carreira do Banco do Brasil.

Banco do Brasil é uma instituição que, em absoluto, não faz política. O que é de se admirar, é que o eminente Líder do Governo não viesse contar nesta Casa de um comício em que ele participou juntamente com o Ministro da Educação e Governo do Estado, em que o ex-Prefeito de Pato Branco — e eu escutei a gravação — afirmou que Banco do Brasil é da ARENA, e que, posteriormente, o Diretor do Banco do Brasil que compareceu naquele comício, Sr. Peracchi Barcelos, que ontem esteve inaugurando uma agência do Banco em Clevelândia, também participou de uma reunião política e não desmentiu a acusação. Acontece que também o Líder do Governo não afirmou que o Sr. Carlos Almeida, candidato a Prefeito de Pato Branco o é, porque tem condições para tanto. Tanto é verdade que quando se discutiu a possibilidade de um candidato único, o próprio Prefeito de Pato Branco, compadre do Sr. Almeida, apontava e aceitava o Sr. Carlos Almeida como candidato único, apesar de ser do MDB.

Mas, os comentários evidentemente existem. E comentários em política, principalmente quando não se tem rádio e televisão para desfazê-los, são os piores possíveis. Tanto é que existe um comentário em Pato Branco que gostaria de contar a V. Exas. para que fique o mesmo transcrito. Depois que ficou publicamente dito que o Banco do Brasil é da ARENA, comentário que existe por lá, principalmente no Interior e em toda a região, é que no dia dois de novembro próximo as mulheres dos colonos não irão mais acender velas no cemitério, no Dia de Finados, irão acender à frente do Banco do Brasil porque, infelizmente, é lá que estão todos os colonos enterrados.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, corroborando as palavras de V. Exa., devo afirmar que no dia 9 deste mês vi, caracterizadamente, no lugar chamado Vila Guai, a corrupção exercida pelo atual Governo do Estado no instante em que há movi-

mentação política neste Estado e neste País relativamente às eleições para as Prefeituras e para as Câmaras Municipais.

O que vi foi o carro de uma determinada Secretaria, com quatro funcionários que, certamente estavam recebendo as diárias a que fazem jús. Expreitavam comícios de nosso Partido da Oposição, sob a justificativa de que estavam procedendo a entrega de títulos Profissionais a Parteiras e Aparelhas.

Um dos candidatos da minha região sentindo a concorrência do Departamento de Saúde ao distribuir remédios em nome de candidatos da ARENA, procedeu a compra de vermífugos para poder entregar também nos núcleos onde fazia a sua campanha em contraposição ao Partido do Governo.

Sabe o que aconteceu nobre Deputado? No dia seguinte, a Saúde mandou autuar e prender os medicamentos comprados pelo nosso candidato.

Então, quando diz o nobre Líder do Governo que cada um usa o que tem, está certo até um determinado ponto. O que não concordamos é que se use aquilo que se tem em mãos, mas que pertence ao povo, porque isto é corrupção. Enquanto o Paraná e seu povo empobrecem, o Poder usa a máquina administrativa para usufruir esta pobreza e esta miséria que cresce vertiginosa e constantemente neste País. E a nossa função é denunciar.

Foi muito feliz V. Exa., na data de hoje, ao abordar assunto desta natureza. Entendemos que o Governo é povo e o povo tem que ser respeitado pelo seu Governo e não ser usado como está sendo. O povo está enfrentando um empobrecimento dos mais violentos em toda a história do País e o Governo tem se servido deste empobrecimento na tentativa de enganá-lo mais uma vez.

Parabéns pelo seu pronunciamento, nobre Deputado, e que os Anais da Casa o tenham em destaque, porque a sua denúncia vem em benefício daqueles que representamos neste Poder, em benefício do povo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa informa ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para que conclua a sua oração.

O Sr. Adilson Alencar — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Antes de concer o aparte ao nobre Deputado Edilson Alencar, queria, neste momento, dizer ao nobre Líder que este Deputado não faz estas acusações como um desabafo; faz com muita tristeza, porque, realmente, nós todos políticos, a classe política de ambos os Partidos é que fica desmerecida em lances como este.

Não é um desabafo, é uma decepção que nós temos, porque não vemos como resolver certos problemas que todos nós, da ARENA e do MDB, somos procurados para resolver. E é por isto que não é um desabafo, é uma manifestação de decepção por coisas como estas. Concedo o aparte.

O Sr. Edilson Alencar — Nobre Deputado, estamos ouvindo com bastante atenção, sabendo que V. Exa. trouxe hoje, a esta Casa, denúncias graves contra a administração deste Estado. Mas, nobre Deputado, Assis Chateaubriand, a comarca que temos a honra de representar nesta Casa, também está sendo vítima dos desmandos deste Governo.

Veja por exemplo, o que fazem os homens da ARENA, na nossa comarca.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao nobre orador que seu tempo está esgotado e pede que conclua a sua oração.

O Sr. Edilson Alencar — Obrigado, concluirei. A propaganda convidativa para que a nossa região levasse os seus filhos para vacinação, também leva, logo acima, na primeira linha, o nome do Ministério de Saúde e abaixo o nome de candidato a Prefeito da ARENA daquela comarca.

E, realmente, esta seria uma denúncia que também queria hoje, nesta tarde, neste aparte, fazer. Mas voltaremos oportuna-

mente a esta Casa, para levar ao Paraná, ao conhecimento do povo, o que acontece na nossa comarca, na nossa região. Mas, nobre Deputado, já que fomos advertidos pela Presidência...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa pede ao nobre orador que conclua.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu agradeço a atenção dos Srs. Deputados, referendando as palavras do Líder do Governo: “quando a imprensa é livre, ela presta um grande favor”.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no horário reservado à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

É possível que a minha presença aqui, Sr. Presidente, se constitua mais em viabilizar aos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, a continuar o diálogo que vínhamos mantendo quando S. Exa. o Sr. Deputado Deni Schwartz, encontrava-se na tribuna.

Mas, Sr. Presidente, quando se recebe com jocosidade a referência feita ao fato de que muitos agricultores estão com situação difícil, junto à instituição principal de crédito deste País, no caso particular, de Pato Branco, poderíamos responsabilizar mais aquele que dirigiu a Carteira de Crédito Agrícola, do que propriamente a instituição.

Aquele que sendo candidato facilitou, Sr. Presidente, a que, quem não tem condições, recebesse reforços para o desenvolvimento de uma atividade agrícola ou pastoril. E hoje, segundo o que sei, Sr. Presidente, naquela agência recebem moratórias, prorrogação de prazos e recomposição de dívidas, todos quantos se comprometeram a votar no homem do MDB.

Não dissemos em Pato Branco que o Banco do Brasil é da ARENA, disseram os oradores que lá falaram, que o Banco do Brasil é uma instituição pública. O Poder Público Federal majoritário, Governo Federal majoritário e entregue às mãos de companheiros nossos da ARENA, mas quando se brinca numa Casa tão séria como esta, mandando que se acendam velas, não mais na Morada Santa, mas na frente do Banco do Brasil porque ali estão enterrados os nossos colonos. Eu responderia, também, Sr. Presidente, brincando um pouco, dizendo que a sabedoria da gente brasileira que habita o Interior deste Estado, aliou 4 coisas que o homem não deve fazer. E, no linguajar do nordestino que exportou para as plagas desta região esta sabedoria dos sertões do Norte e Nordeste deste País, nós diríamos que 4 coisas o homem não deve fazer: “casar com moça falada, fazer negócio sem ver, roubar esmola de cego e votar no MDB”.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte?

Eu gostaria de retrucar. Há coisas que se o homem fizer, dá pena.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A palavra está com o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Quando se pretende, Sr. Presidente...

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. como homem do sudoeste não vai permitir um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Quando se pretende, Sr. Presidente, descontraí os ânimos, desarmar os espíritos para alegrar o ambiente antes da seriedade da matéria que nós iremos debater neste Plenário, desejo perguntar: Qual a diferença, Sr. Presidente, em termos de organização, sabendo que uma é mais poderosa que a outra, existente entre o Banco do Brasil e o Banco do Estado?

Por que se atira contra a instituição de crédito estadual, a pecha de organismo político e politiquês a serviço de uma candidatura, respaldando-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o comportamento do mesmo nível, quando a outra instituição de crédito que abriga um candidato do Partido da Oposição, que tem o mesmo comportamento, ou, quem sabe, muito mais

sério em termos de restrições de crédito a quem não vota nele, então, Sr. Presidente, estamos a validar aqui, dois pesos e duas medidas.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — O que se pretende nesta Casa, com uma audiência tão seleta, que reverencio e cumprimento, senhores professores e professoras que assistem nesta tarde esta sessão, para que não nos valhamos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta oportunidade para fazermos com que esta seleta assistência deixe esta Casa, impregnada, Sr. Presidente, das palavras ditas, — e eu diria, até inconseqüentes quando não particularizam um comportamento que pode ser Sr. Presidente, caracterizado como crime eleitoral.

Segundo me consta, Sr. Presidente, a Aliança Renovadora Nacional de Francisco Beltrão, e de centenas de municípios deste Estado, diariamente, Sr. Presidente, assistem os menos favorecidos pela sorte, Sr. Presidente...

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. IVO THOMAZONI — ... distribuindo medicamentos, consultando, fazendo medicina preventiva, distribuindo alimentos e, Sr. Presidente, nunca, noutras épocas se ouviram aqui críticas, porque o Governo instala postos de saúde nas sedes dos municípios, nos distritos e nos núcleos educacionais. Nunca se ouviram aqui críticas, Sr. Presidente, ao Governo Revolucionário que instalou e pôs a serviço da coletividade, a Central de Medicamentos para distribuir medicamentos essenciais, Sr. Presidente, para uma coletividade desassistida.

Nunca se comentou aqui, Sr. Presidente, que não é válida a distribuição de alimentos.

O Sr. Edilson Alencar — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Quando, Sr. Presidente, isto é rotina no Governo da Revolução.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — O que pretende o MDB é que o Governo pare numa antevéspera de eleição, que pare...

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — ... as máquinas, a assistência, que não se faça mais nada, para que, então, o MDB critique o Governo.

O Sr. Edilson Alencar — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. me assegure o direito da palavra, nos termos do Regimento, para que, feito silêncio neste Plenário, eu possa me sentir honrado com os apartes que pretendo dar aos irrequietos homens componentes da bancada do MDB.

O Sr. Edilson Alencar — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Desejo, Sr. Presidente...

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa comunica que continua com a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — ... que seja, Sr. Presidente, respeitado como nós respeitamos o eminente Deputado que estava na tribuna e, pela ordem de inscrição que deixo a cargo do Líder da bancada do MDB, que conceitue, cronologicamente, quem antes pediu e, ofereço o aparte a qualquer elemento da ilustrada bancada do MDB.

O Sr. Osvaldo Macedo — Ninguém servirá de seu secretário.

V. Exa. que atenda a quem pediu por primeiro e conceda a quem achar de direito.

O SR. IVO THOMAZONI — É que V. Exas. fizeram uma zoadá tão grande, que me impediram de verificar quem estava solicitando...

O Sr. Osvaldo Macedo — (Aparte ininteligível).

O SR. IVO THOMAZONI — Concedo o aparte ao Sr. Deputado

Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Ivo Thomazoni, lhe dou a resposta em verso.

V. Exa. disse que há quatro coisas que um homem não deve fazer. Há quatro coisas, eminente Deputado, que se o homem fizer, dá pena: casar com mulher falada, roubar esmola de cego, negar conta e votar na ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. sabe plagiar muito bem.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Edilson Alencar, que o está solicitando.

O Sr. Edilson Alencar — Agradeço a V. Exa. o aparte concedido e também vou iniciar meu aparte, citando dois poetas. Um poeta clássico e, depois, um poeta do povo.

O poeta clássico dizia, em seu verso: Tudo vale a pena se a alma não é pequena. E, o poeta do povo, o sofrido poeta do povo, dizia o seguinte: Há várias coisas na vida que causam penas: Casar com moça falada, roubar santo de novena, tirar esmola de cego e ser eleitor da ARENA.

Mas meu nobre Líder do Partido Arenista...

O Sr. Leopoldo Jacomel — Sr. Presidente, peço a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Pela Ordem, com a palavra.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente.

Eu acabo de assistir, com desprazer, o que acabo de ouvir, porque eu retorno de um hospital para discutir, nesta Casa do Povo do Paraná, assunto sério, de verdade, de fato e de direito. E, não, para ouvir brincadeiras. A continuar desta forma, eu solicito permissão para me retirar, porque não posso assistir brincadeiras numa Casa de responsabilidade do Estado.

O Sr. Edilson Alencar — Eu continuo, Sr. Presidente, no meu aparte.

Quando comentava a situação política da nossa Assis Chateaubriand, oeste do Paraná, quando dissemos que candidato do Partido do Governo estava utilizando o nome do Ministro da Saúde para anunciar a vacinação contra o sarampo, na nossa comarca, em seus panfletos estavam os nomes de candidatos a Vereador e candidatos a Prefeito da ARENA, acredito que há outra coisa mais, como por exemplo, a última viagem feita pelo Governador do Estado na vizinha comarca de Formosa do Oeste, quando o Governador deste Estado desceu sobre a cidade de Formosa, utilizando avião helicóptero, apenas para inaugurar uma caixa d'água; talvez, a despesa efetuada com gastos dispendidos com avião e com sua comitiva, o preço da sua viagem foi muito maior do que custaram as obras que foram inauguradas na comarca. Isto, acredito Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja um desespero de causa, e cada dia que passa o desespero aumenta, porque acredito que o próprio Governo já esteja sentindo o sabor da derrota e, em Assis Chateaubriand, eu afirmo aqui hoje para conhecimento desta Casa e do Estado do Paraná, vai esmagar, o MDB, a ARENA, no dia 15. Esta é uma afirmativa certa, real e justa, e o Paraná verá no dia 15, quando o povo vai responder ao Governo, as ambições e os desmandos que está causando por aí, o Governador do Estado transformado em um viajante e um cabo eleitoral, levando para este Estado a desesperança e a ilusão. Era este o meu aparte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa anuncia que faltam dois minutos para concluir.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, primeiro quero contestar o lamentável aparte do nobre Deputado. Primeiro é para o Deputado, crime eleitoral o candidato a vereador do meu Partido, convidar a conclamar as famílias para levarem seus filhos para uma vacinação em massa propiciada pelo Governo. Em segundo lugar, admitir críticas ao Governo que visita o município e inaugura o sistema de abastecimento d'água, para, no plano de saneamento, possibilitar a uma população receber água tratada. Não sei se o pensamento do eleitor é o pensa-

mento do Deputado. Quem vai ser esmagado é o partido que não levou nada, só levou críticas, que não levou nada, quem levou serviços, obras, auxílios, merecerá consideração. Quem pretendeu criticar o Governo porque vai de avião, de helicóptero, é pretender que o Governo viaje de carroça, de ônibus. Concedo o aparte, para encerrar.

O Sr. Osvaldo Macedo — Eu, inicialmente, gostaria de lembrar que, muito embora V. Exa. tenha assumido a tribuna fazendo críticas às possíveis jocosidades, foi mais ferrenho, agressivo. Também me permito discordar do excelente Deputado Leopoldo Jacomel, quando aqui traz a voz popular. Não há voz mais autêntica do que a dos poetas populares, porque são, na verdade, a voz do povo, e como representantes do povo não podemos ter pejo nem inibições nem preconceitos de trazer para esta Casa o que diz o poeta numa quadra popular. Permita-me, Sr. Líder da ARENA, tendo em vista precedente aberto por V. Exa., dizer que, na minha região, também existem quadras populares e que na minha região também fazem versos. E fizeram um, que eu gostaria de trazer ao conhecimento de V. Exa. e ao conhecimento desta Casa. Há uma música muito famosa, ultimamente no Paraná, uma que fala do “pepino”, “eu não quero mais pepino”. Pois os versos populares fizeram uma nova versão, no mesmo estilo, só que diz o seguinte: “Eu não voto mais na Arena, estou cansado de sofrer; mas agora estou contente, porque todos meus parentes vão votar no MDB”. Muito obrigado.

O Sr. Aguinaldo Pereira Lima — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. me permite um aparte? **(Assentimento)**. Nobre Deputado, apenas duas palavras, para dizer a V. Exa. que no município de Assis Chateaubriand a Arena vencerá tranqüilamente as eleições de 15 de novembro.

Era somente isso.

O SR. IVO THOMAZONI — Nós temos certeza disso, eminente Deputado.

Sr. Presidente, saio da tribuna, certo de que conseguimos, muito embora não seja esta a prática parlamentar, fazer com que o clima para os debates que aqui haverão de se ferir, seja o mais descontraído possível e para que os espíritos de todos estejam desarmados para abrigar coisa séria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador)**

O Sr. Lúcio Machado — Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 186/75, de autoria do Poder Executivo. Mensagem 148/75, dispondo sobre o **ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, para o Ensino de 1.º e 2.º Graus. Parecer favorável da Comissão Especial, com **SUBSTITUTIVO GERAL**, por maioria.

A este Projeto de Lei, existem duas emendas de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constantes do expediente, e que a Mesa não pode recebê-las, porque o prazo para recebimento de emendas terminou no dia 18 de setembro p. passado. Portanto, devolve ao autor.

A Mesa colocará em discussão o substitutivo, por capítulos, e a votação artigo por artigo, sendo que a alguns deles já existem requerimentos.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Para que eu possa me situar, Sr. Presidente, V. Exa. coloca em discussão o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 186/75.

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** Exato. Ele tem prioridade.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu pergunto a V. Exa. e indago de V. Exa. se o anteprojeto de lei originário será objeto de deliberação deste Plenário após votado o substitutivo ou se V. Exa. antes de votar o substitutivo vai invalidar pelo voto da maioria do Plenário, o projeto original.

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** Com o substitutivo geral da Comissão, deixa de existir o Projeto original.

Só se o substitutivo for inteiramente rejeitado, aí então votará o projeto original.

O SR. IVO THOMAZONI — Faço Sr. Presidente, ainda uma outra indagação. Não acolhido qualquer artigo do substitutivo, V. Exa. validaria a matéria do original ou V. Exa. desconheceria a matéria contida no original, votada e aprovada?

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** Evidentemente colocará agora o substitutivo correspondente do projeto original.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, já ficou assentado que a discussão e votação do substitutivo seria artigo por artigo. E as emendas que nós apresentamos, juntamente com alguns Deputados da Arena, doze emendas, configurando emendas já analisadas pela Comissão, quando chegar em cada artigo as emendas serão apreciadas?

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** Exato. Em cada artigo eu colocarei as emendas e serão apreciadas.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu estou sabendo agora que deram entrada à Mesa algumas emendas. Indagaria da Mesa, sobre as emendas que foram encaminhadas e para, Sr. Presidente, facilitar os nossos trabalhos e acompanhamento na votação, gostaria de conhecer sobre que artigos se referem as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE — **(Paulo Camargo)** As emendas que chegaram foram da bancada de V. Exa. Doze, da bancada de V. Exa. Não existe mais nenhuma emenda. As outras duas emendas do Deputado Valter Pietrângelo, eram extemporâneas e por isso foram eliminadas. Então ficaram só as emendas apresentadas pela bancada de V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE — (Lê título 1.º — das Disposições Preliminares, e Capítulo Único.)

Em discussão o Capítulo Único — encerrada a discussão.

Art. 1.º — passarei ao Sr. 2.º Secretário que lerá artigo por artigo.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — “O Presente Estatuto do Magistério Público...” (Lê também o Parágrafo único.)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Art. 1.º e seu Parágrafo. **Aprovado.**

O Sr. 2.º Secretário — “Para efeito desta Lei entende-se — Art. 2.º...”

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 2.º e seus incisos. **Aprovado.**

O Sr. 2.º Secretário — “Art. 3.º — O pessoal do Magistério...” e Parágrafo segundo.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Art. 3.º c/seus parágrafos 1.º e 2.º — **Aprovado.** Também aprovado por unanimidade.

O Sr. 2.º Secretário — “Capítulo 1.º do Valor do Magistério”...

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão. **Aprovado.**

O Sr. 2.º Secretário — “Art. 4.º — São manifestações do valor do Magistério...”

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Art. 4.º e seus Incisos. **Aprovado, por unanimidade.**

CAPÍTULO II

DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Capítulo II. (Lê):

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Artigo 5.º (Lê Art. 5.º e seus incisos).

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação o Art. 5.º e incisos. – **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – TÍTULO III:

DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

O SR. PRESIDENTE – Em discussão o Título III, Capítulo I. Encerrada a discussão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Artigo 6.º (Lê Art. 6.º e parágrafo único)

O SR. PRESIDENTE – Em votação o Art. 6.º e seu parágrafo único – **Aprovado por unanimidade..**

O SR. 1.º SECRETÁRIO – CAPÍTULO II

DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, em relação a esse Capítulo, existe uma emenda do MDB.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, se não me engano há também sobre a mesa, um requerimento pedindo que o artigo 10 seja colocado em votação desdobradamente, para efeito de se poder apreciar com maior segurança essa emenda que apresentamos e que objetiva que, no parágrafo 4.º do artigo 10, seja acrescida a letra F. Emenda essa subscrita por número legal de Deputados de ambos os Partidos.

A Emenda é a seguinte. (Lê emenda e justificativa).

Sr. Presidente, aproveitei a ocasião para ler a justificativa dessa emenda, de vez que a discussão só se dará por ocasião da discussão do capítulo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Artigo 7.º

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o artigo 7.º.

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. – **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o artigo 8.º

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. – **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o artigo 9.º

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. – **Aprovado.**

Existe requerimento de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que requer seja colocado em votação em inciso por inciso, parágrafo por parágrafo, os seguintes artigos do substitutivo geral: artigo 10, artigo 17, artigo 32, artigo 33, e artigo 50. Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se sentados. – **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem) Sr. Presidente, se eu entendi bem, V. Exa. submeterá à apreciação e deliberação do Plenário o artigo 10, e seus incisos e parágrafos, preferencialmente, para posteriormente sujeitar as emendas?

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Exato. As Emendas serão aprovadas posteriormente e quando conflitam com um artigo ou parágrafo, será ressaltado na votação.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Artigo 10. Lê.

O SR. PRESIDENTE – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. – **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o parágrafo 1.º do artigo 10.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação. – **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o parágrafo 2.º

O SR. PRESIDENTE – Em votação o parágrafo, ressaltada a emenda porque a mesma inclui mais um item.

O SR. ENÉAS FARIA – (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito

a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) A emenda não está sendo apreciada neste momento. Será apreciada posteriormente, e inclui mais um item ao corpo do parágrafo. Falei ressaltada a emenda para não haver prejuízo no caso dela ser aprovada.

Em votação o parágrafo 2.º, letra A – **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a letra B.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a letra B. **Aprovada por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a letra C.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a letra C. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a letra D.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a letra D. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a letra E.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a letra E. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o parágrafo 3.º.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação o parágrafo 3.º – **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê o parágrafo 4.º

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação o parágrafo 4.º e a Classe A., ressaltada a emenda. – **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a Classe B.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a Classe B. **Aprovada por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a classe C.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a classe C. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a classe D.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a classe D. **Aprovada, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO – Lê a classe E.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Em votação a classe E. **Aprovada por unanimidade.**

Emenda assinada por mais de 1/3 da Casa, será lida pelo Sr. 2.º Secretário

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (Lendo):

“EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 186/75

NO § 4.º do artigo 10 seja acrescentada a classe F com a decorrente inclusão dessa classe nos parágrafos 5.º e 6.º.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Não é luxo a existência da classe F. É uma necessidade. Se o nosso ensino vai mal, é devido em grande parte, à inexistência de planejadores capazes, que irão analisar as tendências sociais, as necessidades do mercado de trabalho, organizar o currículo em função dos objetivos pré-determinados e traçar o caminho para o sistema e para o sistema de ensino.

Diz o parágrafo único do artigo 8.º da Resolução 2/69 do CFE, que a formação de especialistas em Planejamento Educacional far-se-á obrigatoriamente em nível de mestrado.

Seria o possuidor de curso de mestrado enquadrado na classe E, e com nível de vencimentos igual ao graduado? Isso contraria o artigo 39 da Lei 5692, que manda fixar vencimentos considerando a maior qualificação do professor, ou especialista de educação, independente do nível em que atua. Não é lógico que um professor passe da Classe A para a B, com um ano de estudos adicionais, e não se considerar uma classe especial para os que cursam mestrado ou doutorado, em dois, três ou mais anos, além de elaborarem e defenderem uma Tese. Por isso, e para atender ao artigo da Lei citada, propusemos o acréscimo de uma Classe, a F, somente para mestres e doutores que atuem

na área específica de sua formação.

A adoção desta Classe viria trazer grandes benefícios para a educação. Teríamos pessoal altamente qualificado nas Inspeções Regionais de Ensino, nos estabelecimentos de ensino e até mesmo na SEEC. Além do estímulo financeiro, haveria o estímulo psicológico de pertencerem a uma Classe especial. O Estado necessitará de poucos destes; portanto, o ônus não seria elevado e cumprir-se-ia a Lei.

O Governo Federal concedeu aumento de até 300 por cento para fixar seus funcionários no serviço público, mesmo sendo apenas graduados. Por que não poderia o Estado conceder um pequeno estímulo para atrair mestres e doutores?

O Governo Federal dispende fortunas com cursos de mestrado, inclusive na Universidade Federal do Paraná, para formar pessoal estratégico para nossos sistema de ensino. Por que não aproveitá-lo? Luxo, é, isso sim, o Estado querer dispensar esse pessoal."

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação a emenda.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria de justificar a minha assinatura também nesta emenda, como uma das fórmulas de se corrigir uma distorção que vai aparecer nos Anexos, em especial no Anexo 3, quando cuida da Tabela de Créditos para Promoções.

Tabela esta que o Substitutivo que nós ora votamos, não observou, com o devido cuidado, e que infelizmente tendo em vista talvez, a premência de tempo, também as diferentes representações do professorado, não tiveram oportunidade de apresentar sugestões em tempo hábil.

Então, a única forma, uma vez que já estamos no processo de votação do Estatuto, de corrigirmos a imperfeição flagrante do Anexo 3, que cuida da Tabela de Crédito para Promoções, seria, sem dúvida alguma, a inclusão da classe F quando então, teríamos, um lugar para a colocação dos professores que possuem Mestrado e Doutorado.

Esta a justificativa que faria no encaminhamento da vota-

ção com a necessidade da inclusão da Classe F, em especial, para sanarmos uma irregularidade que vai aparecer, sem dúvida alguma, no Anexo 3, que não pode ser mais emendado, porque na Comissão Especial, não foi apresentado, em tempo hábil, esta modificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação a emenda ao parágrafo 3.º do Artigo 10. — Rejeitado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra pela ordem e será concedida verificação de votação. (É feita a verificação).

26 aprovaram e 17 rejeitaram. Está rejeitada por falta de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê o parágrafo 5.º

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação. Aprovado por unanimidade.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê o parágrafo 6.º

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação. Aprovado

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 11.

O SR. PRESIDENTE Em discussão o art. 11. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, observei da leitura que o substitutivo está a carecer que se acrescente uma expressão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Deputado Ivo Thomazoni vai me permitir, talvez para

mudar a direção dos trabalhos. Nós havíamos deliberado, Sr. Presidente, que a discussão seria de capítulo por capítulo.

O SR. IVO THOMAZONI — Não estou discutindo mas, regimentalmente, encaminhando a votação.

Sr. Presidente, dizia que, ao final do § 1.º do art. 11, deixou de constar uma expressão. O que trata dos elementos seguintes: denominação, código, habilitação específica exigida, linhas de promoção. Dever-se-ia ler "e de acesso". A ausência da expressão e, Sr. Presidente, à indagação é mais uma questão de ordem do que encaminhamento de votação, é se poderia ser abrigada, como emenda de redação final, para que ficasse corretamente posta a redação do parágrafo único do artigo 11.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente, só a emenda de redação.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 12.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê a Secção I do Plano de Pagamento. Art. 13.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 13 e seus parágrafos.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Constatado no substitutivo um erro que posso aludir tenha sido de ortografia, de impressão datilográfica. O § 1.º do Art. 13, Sr. Presidente, está posto nos seguintes termos. Lê):

"É estabelecido para cada classe um vencimento com aumentos periódicos consecutivos de 5 por cento por quinquênio de efetivo exercício, como antecipação de gratificação adicional prevista no inciso I do artigo 53.

Sr. Presidente, verifica-se que houve erro de impressão, porque deve fazer menção, não ao artigo 53, mas 73, que está vazado na seguinte disposição: "A gratificação adicional, portanto... (continua lendo até)... serviço público".

Quando verifico, Sr. Presidente, que no artigo 53 que o artigo 53 trata de matéria estranha à pretendida nesta redação, porquanto o 53, Sr. Presidente, trata "o Professor Especialista em Educação... (continua lendo)...". Matéria completamente diferente. Apenas, como reparo para que tenha havido erro de redação: onde se lê 53, leia-se 73, para estar, corretamente posto.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. naturalmente, proporá uma emenda de redação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Pela ordem, V. Exa. com a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se bem entendo, o nobre Líder do Governo mencionou que há um erro e eu confirmo esse erro. Entendo que o erro de grafia foi feito com base, aqui se lê o artigo 73, quando deveria ser o artigo 72. Tenho em mãos uma emenda que está sendo subscrita para redação final. É erro de grafia, confirmando com o Líder da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Não 72, mas 73.

No substitutivo está escrito 53.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Diz o § 9.º do artigo 140, que "emenda de redação final... (lê até)... manifesto".

Evidentemente, pode ser acolhida esta emenda.

Em votação o artigo 13. — Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê Secção II, do Quadro próprio do Magistério, artigo 14. Lê parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 14. — Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê artigo 15.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 15. Aprovado por unanimidade.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê artigo 16.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre este artigo,

existe uma emenda firmada por mais de um terço da Casa. Será posto em votação o artigo, ressalvada a emenda. Em votação o artigo 16, ressalvada a emenda. **Aprovado.** A emenda será lida e colocada em votação, agora.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lendo):

EMENDA AO PROJETO DE LEI 186/75

O artigo 16 passa a ter a seguinte redação:

“Ato especial fixará anualmente o número de cargos do Quadro Próprio do Magistério, quanto a provimentos por promoção e acesso, correspondente aos pedidos apresentados que estiverem de acordo com o previsto neste Estatuto, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.”

JUSTIFICATIVA:

O artigo cuja substituição é proposta é altamente prejudicial à classe e à educação, e fere o artigo 39 da Lei 5692. Além disso, vai impedir a promoção regular dos professores primários, que há 15 anos não têm elevação de nível. Ou então vai permitir que apenas alguns sejam promovidos, o que não é justo. Todos os professores que possuem condições de promoção devem ser promovidos, e não aguardar decisões subjetivas de criação de cargos para promoção e acesso. Não vemos que critérios o Executivo possa utilizar para dizer que no 1.º Grau, da 1.ª à 4.ª série, ele necessita de tantos normalistas, tantos com licenciatura curta e tantos com licenciatura plena.

O professor que tivesse condições deveria requerer a promoção, anexando os comprovantes necessários e obter vantagem já no ano seguinte, e não aguardar até eventual criação de cargos.

Na forma em que está proposto no Projeto, deixa ao Estado total liberdade para conceder ou não promoções e acesso ao pessoal do magistério, o que não corresponde às normas para concessão de auxílio federal, de acordo com o Decreto Federal 71.244/72. Pelo não cumprimento deste Decreto, e da Lei 5692, o Pessoal do Magistério poderá “estacionar”.

O Sr. Osvaldo Macedo - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em seguida será concedida verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram permanecer como estão. — Rejeitada a emenda por falta de quorum.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o Título 4.º): Do Provimento e Vacância dos cargos de magistério. Capítulo 1.º:

Das disposições Gerais.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo 1.º. Encerrada a discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO (Para discutir) — Neste Capítulo nós apresentamos uma emenda ao artigo 17, alterando a redação da letra B do parágrafo 2 deste artigo 17. Atualmente o substitutivo apresenta, letra B, a seguinte redação: “Quem esteja exercendo atividade no magistério oficial do Estado, isso para efeito de provimento, só pode ser ouvido, em caso de magistério quem satisfaça os seguintes requisitos: Nós apresentamos a emenda para garantir direitos que tenham sido prejudicados pela famosa Lei 4425: Quem exerceu ou esteja exercendo atividades no magistério oficial do Estado, desde que a idade cronológica do candidato subtraída ao tempo de serviço não ultrapasse o limite máximo de idade fixada no inciso 2.º do parágrafo 1.º desse artigo. Parece-me de inteira justiça para que o direito não seja lesado como seria se permanecer a redação originária do substitutivo geral.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão do Capítulo 1.º.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Não está em votação. Será posto em votação o artigo 17. Encerrada a discussão. Será posto em votação o artigo 17.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê o Artigo 17.)

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o Artigo 17: Os cargos do magistério.....)

O SR. PRESIDENTE — Com destaque será votado este artigo item um a um.

O SR. IVO THOMAZONI — Queria que me fosse concedida a palavra para falar sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE — Posteriormente.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 17. Os Srs.

Deputados que o aprovam queiram permanecer como estão.

O SR. IVO THOMAZONI — Vejo novamente que houve um erro de ortografia.

Onde se lê “incidência” deve-se ler naturalmente “exigência”. Também me reserve o direito de apresentar emenda de redação senão desvirtua totalmente o que se pretende.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente. Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. —

Aprovado.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê: Só pode ser provido no cargo....)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Parágrafo 1.º do artigo 17. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o parágrafo 2.º — Não fica sujeito ao limite de idade.....)

O SR. PRESIDENTE — Será posto em votação.

O SR. SECRETÁRIO — B: Quem estiver exercendo atividade....

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação será completada pelo Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO — Parágrafo 3.º.....

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação.

Nós estamos assistindo aqui, Sr. Presidente, a cada uma apresentação sistemática de Deputados, vêm alguns Deputados votando a favor das emendas, enquanto a maioria não oferece votos.

Estamos assistindo aqui, Sr. Presidente, até ao desejo de encaminhar, de falar e contestar mesmo até, ante esta atitude aqui do Plenário.

Entendendo entretanto que seja válido, porque válido é, apesar de já ter a liderança do meu Partido disposto a nossa posição a respeito das emendas, venho agora aqui apelar aos eminentes Deputados que compõem a maioria, para o espírito que contém esta emenda.

O que pretende esta emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que objetiva esta emenda, e faço e falo agora, Sr. Presidente, entendendo que este assunto, pela sua complexidade, pela sua amplitude, talvez não tivesse dado oportunidade a que todos os Deputados se detivessem às minúcias deste Estatuto.

Mas o caso agora requer, pela sua justiça, pelo mérito de que está revestido, requer que se faça um apelo, mais ao estudo que a emenda contém, porque se os Srs. Deputados forem ler a emenda com atenção, tenho certeza disso - e tempo já houve para que pudessem lê-la e julgar a sua consequência - tenho certeza de que teremos aqui os votos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Continua em votação o § 2.º do artigo 17.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para me esclarecer Deputado Enéas Faria falou no encaminhamento de votação do § 2.º, do artigo 10, objeto já de discussão do eminente Deputado Osvaldo Macedo.

Solicito a V. Exa. que me esclareça, no momento nós ainda estamos nos parágrafos do artigo 10, aliás do artigo 17 do substitutivo? Não entramos ainda, Sr. Presidente no encaminhamento da votação da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Perfeito. A Mesa está pondo em votação o § 2.º, ressalvada a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o § 2.º, do artigo 17, queiram conservar-se como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Emenda de autoria de mais de 1/3 da Casa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a emenda):

“EMENDA AO

PROJETO DE LEI NÚMERO 186/75

A letra b do § 2.º do artigo 17 passa a ter a seguinte redação:

“b — Quem exerceu ou esteja exercendo atividades no Magistério Oficial do Estado, desde que a idade cronológica do candidato, subtraído o tempo de serviço, não ultrapasse o limite máximo de idade fixado no inciso II, do § 1.º, deste artigo”.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Não é justo que os Professores Suplementaristas atingidos pelo Decreto 1495 não tenham oportunidade de realizar concurso pelo fato de terem mais de 45 anos.

São idealistas e dedicados mestres que durante anos foram professores e devem ser amparados, desde que cumpram as exigências da letra “b” proposta.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo)) Os Srs. Deputados que aprovam....

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço apalavra.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra V. Exa. para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, na reunião que a bancada da ARENA realizou, na manhã de hoje, considerou humana a reivindicação encaminhada aos Srs. Deputados pela Associação dos Professores Licenciados do Paraná e pela Associação dos Professores do Paraná, a de Maringá e Curitiba, respectivamente.

Já tenho, Sr. Presidente, adotado posição favorável para abrigarmos esta emenda, porque a entendemos, Sr. Presidente, antes, e acima de tudo, não só capaz de corrigir possíveis injustiças aqui mencionadas, consequências da adoção do Decreto 1495, mas acima de tudo, para possibilitar, Sr. Presidente, que a política humana do eminente Presidente Ernesto Geisel, seja neste caso também, aqui colhida e adotada, permitindo-se aos mais idosos que participem dos concursos, conforme se preceitua neste Estatuto.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que a bancada da ARENA, votará favoravelmente à emenda proposta.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda.

Para encaminhar a votação tem a palavra o Deputado Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS ELÃO — Sr. Presidente.

Nós gostaríamos de registrar a nossa posição em relação a esta emenda e às outras emendas apresentadas em plenário.

Tanto eu como o Deputado Accioly Neto, nos manifestamos favoravelmente às emendas aqui apresentadas, o

fazemos, agindo de acordo exatamente, com a nossa consciência, acima de qualquer vínculo de partidarismo, porque achamos como esta, também as outras emendas, humanas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.— **Aprovada a emenda por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê o § 3.º);

O SR. PRESIDENTE — Em votação o § 3.º do Artigo 17. **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — “Artigo 18...” Os cargos do...”

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 18.— **Aprovado**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo II — Dos Concursos...

O SR. PRESIDENTE — Em votação Capítulo II — Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Art. 19.— “A Realização de concurso...”

O SR. PRESIDENTE — Em votação Artigo 20.— **Aprovado**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — “Artigo 21 — das Instruções para o concurso...”

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 21.

Tem a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para uma ligeira observação.

Vejo aqui no artigo 21, Sr. Presidente, onde fala, do número de vagas a serem providas distribuídas por áreas de especialização deve a expressão correta significar a locação.

Também pretendemos, se não entender a Presidência, que houve falha de quem datilografou, que se substitua uma emenda de redação para que se faça a observação, para que se repare, para que não haja uma diferente interpretação no que se pretende.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao nobre Deputado, que é uma incorreção evidente, e V. Exa. terá a oportunidade de apresentar correção, em redação final.

E a própria Comissão fará a correção da mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 22: (Lê)

O SR. PRESIDENTE.— Em votação o Artigo 22.—

Aprovado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — CAPÍTULO III

DAS NOMEAÇÕES

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.— Encerrada a discussão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 23: (Lê Artigo 23 e parágrafos)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 34 e parágrafos. **Aprovados por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Capítulo IV

DA POSSE

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 24: (Lê Artigo 24 e parágrafo único)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 24 e parágrafo único.

Aprovado por unanimidade.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 25: (Lê Artigo 25 e parágrafo único)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 25 e § único. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 26: (Lê Artigo 26)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 26.— **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 27: (Lê Artigo 27)

O SR. PRESIDENTE — Em votação.— **Aprovado.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 28: (Lê Artigo 28)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 28.—Aprovado por unanimidade.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Artigo 29: (Lê Artigo 29 e seus parágrafos.)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 29. Aprovados por unanimidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela Ordem) — Sr. Presidente a votação engloba os parágrafos?

O SR. PRESIDENTE.— Perfeitamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, este parágrafo primeiro, do Artigo 29 diz: “o prazo de que trata este artigo será prorrogável por quinze (15) dias, mediante solicitação escrita do interessado e despacho favorável da autoridade competente para dar posse”.

Quer me parecer, data vênha, que embora o Estatuto se reporte freqüentemente à lei do funcionário público do Estado, lei número 6174, a prorrogação de 15 dias para a posse, contraria o disposto no parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado, que é a lei maior e concede o prazo de 30 dias para esse fim.

Portanto, me parece, “a priori”, que se trata de um equívoco gráfico.

Tenho aqui em mãos para apresentar por ocasião da Redação Final, um substitutivo a esse parágrafo.

Porque, se conflita; em se tratando de uma lei menor ela vai gerar dúvidas e incertezas na aplicação do Estatuto, desde que seja votada por este Plenário.

Entretanto, como se trata de votação especial para Estatuto, quero entender que houve erro de grafia, ou apressadamente colocaram 15 dias, quando na verdade deveria respeitar o Estatuto dos Funcionários Públicos Cívis, onde o prazo é de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa entende que o Estatuto do Magistério tem a mesma altura do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Meu ponto de vista é contrário. Por isso expendi meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE — De qualquer forma isso será corrigido na Redação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Indago de V. Exa. Sr. Presidente, se há possibilidade de, estando subscrita por 1/3 dos Deputados, se há possibilidade de apreciação da emenda.

O SR. PRESIDENTE — Não há possibilidade de recebimento da emenda, o prazo terminou há muitos dias.

Os Srs. Deputados que aprovam o artigo 29, queiram conservar-se sentados.— Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo V do Exercício.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão - Encerrada a discussão, Em votação.— Aprovado.

O SR. 2.º Secretário — Artigo 30 (Lê)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.— Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo VI - Estágio Probatório (Lê)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão — Encerrada a discussão. Em votação.— Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Artigo 31.— (Lê)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.— Aprovado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo VII — (Lê) (Da Promoção)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO (Para discutir).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Capítulo VII trata da promoção.

Existe sobre a Mesa, assinado, por Deputados de ambas as bancadas, uma emenda que objetiva dar nova redação ao § 5.º, do art. 32 compreendido neste Capítulo.

A redação do atual substitutivo ao § 5.º, do art. 32 fala que a promoção vertical por habilitação, de uma classe para a outra, será feita de dois em dois anos.

A emenda que apresentamos é a seguinte: (Lê a emenda e a Justificativa):

“EMENDA AO

PROJETO DE LEI NÚMERO 186/75

O parágrafo 5.º do artigo 32 passa a ter a seguinte redação:

“Anualmente será feito para o Pessoal do Magistério, em todas as áreas de atuação, a promoção vertical por habilitação.”

(a) OSVALDO MACEDO e outros

JUSTIFICATIVA:

Os motivos já foram apresentados na emenda proposta ao artigo 16. Ademais, é anual a dotação orçamentária. Anualmente, pois, o Estado arcará com mais estas despesas, evitando acumulá-las nos dois anos. Acima de tudo, com isso, o Pessoal do Magistério estará altamente motivado para se aperfeiçoar, cumprindo, assim, um dos principais objetivos da educação”.

Aproveitamos a ocasião para encarecer à Liderança da ARENA para que se solidarize e que apoie, também, esta emenda a fim de que a promoção dos Professores seja feita anualmente e não de dois em dois anos.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo VII.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta emenda ao parágrafo 5º, do art. 32 também foi subscrita por nós e nós, também, como foi amplamente dito na justificativa, entendemos que a promoção vertical por habilitação deverá ser de ano para ano.

Como o Orçamento do Estado é anual, é evidente que a previsão orçamentária poderá dar condições e recursos para as promoções que forem feitas durante o ano anterior.

Entendemos que esta emenda deverá merecer a atenção dos Srs. Deputados, uma vez que o que se pretende seja feito de dois em dois anos, poderá ser feito de um em um ano.

A solicitação feita pela Associação no sentido de que a promoção seja feita de um em um ano, em lugar de dois em dois anos, foi fruto de longos estudos entre a classe do magistério.

Não há dúvida alguma que esta Assembléia, entendendo realmente o espírito da emenda, irá aprová-la e tornará viável a promoção vertical por habilitação de forma anual.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Capítulo VII.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O texto do substitutivo estabelece que a promoção ocorrerá a cada dois anos. A emenda, Sr. Presidente, propõe a promoção ocorra a cada ano. Tentarei analisar perante os eminentes Deputados, o que ocorreria, a vingar uma fórmula, a vingar outra fórmula.

Com a promoção anual proposta pela emenda que aqui estamos defendendo, que aqui estamos propondo, acarretaria isto ao Estado, o mesmo ônus, a mesma despesa do que se fizesse a cada dois anos, porque o número de pessoas aproveitadas em um ano, somada ao ano seguinte, será o mesmo número de pessoas a ser promovido bianualmente.

Assim entendo, Srs. Deputados, que não acarretaria ônus ao Estado, o Tesouro não se veria agravado, as despesas seriam idênticas, seriam as mesmas, à Secretaria de Educação não seriam carreados prejuízos porque os mecanismos já estariam funcionando e já estaria adaptada a Secretaria para assimilar este tipo de promoção. E o que ganharíamos com isso, Sr. Presiden-

te, Srs. Deputados?

Daríamos um estímulo à classe dos Professores que não teria de esperar que decorrem 2 anos e mais dois anos e outros dois anos para estar buscando elementos, atendendo requisitos, cumprindo formalidades, para se habilitar à promoção.

Desta forma, a cada ano, nós estaríamos crescendo ao nível de Ensino do Estado do Paraná, um índice cada vez melhor, estaríamos conduzindo, anualmente, a um aperfeiçoamento da educação.

Não me parece que possa haver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, argumentação contrária, porque ao Estado, à Secretaria de Educação, pouco importa que se dê em um ano ou que se dê em dois anos, porque prejuízo não haverá. Nada ocorrerá de estranho se aprovarem a emenda.

Faria, portanto, me dirigindo aos Srs. Deputados, que têm visto as emendas com certo distanciamento, me dirigiria a S. Exas., buscando que houvesse este atendimento, ou que se apresentasse uma argumentação capaz de fazer com que recusássemos também com a pretensão aqui apresentada.

Mas me parece, também, que com a aprovação da emenda, estaríamos satisfazendo a necessidade de se aperfeiçoar, cada vez mais, e em ritmo acelerado, a educação do Estado do Paraná, sem com isto trazer qualquer espécie de prejuízo, sem com isto estar agredindo ao erário, sem com isto estar criando óbices ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, à administração.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo VII. — Encerrada a discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 32).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 32. — Aprovado por unanimidade.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Questão de Ordem. Eu gostaria que a Mesa pudesse atender um requerimento de Questão de Ordem que nós levantaríamos, com base no artigo 134, inciso 3º, do parágrafo 3º. Nós requereríamos o adiamento da votação por trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa aguarda o requerimento por escrito de V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem). Está em votação ainda o parágrafo 1º do artigo 32.

— (É encaminhada à Mesa, requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Foi votado só o artigo, os parágrafos ainda não foram votados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Parece-me que não há respaldo no Regimento Interno, pra a votação deste requerimento de suspensão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa entende que haverá, se houver maioria dos Deputados que o aprovam, desde que seja para estudar melhor o projeto de tamanha envergadura. A Mesa não põe óbice nenhum. Coloca em votação o requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Seria estribado no artigo 134?

O SR. OSVALDO MACEDO — Exato. § 3º, inciso 3.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). "Adiamento de discussão e votação", é o que consta do inciso 3º § 3º. Não significa levantamento da sessão e suspensão dos trabalhos por determinado período.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Adiamento não é interrupção.

O SR. PRESIDENTE — O artigo 110 do Regimento Interno diz o seguinte: (Lê). A Mesa julgava que seria pacífico o adiamento da votação. Entretanto, já que houve objeção, informa que só poderia ser pedido de acordo com o artigo 110 do nosso Regimento Interno. Antes de encerrada a discussão, e estando

a discussão de todo o capítulo já encerrada, a mesa não pode receber, neste momento, o requerimento.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Para consulta à Comissão Executiva da Casa, da viabilidade de se acolher requerimento propondo preferência para os capítulos em que se não apresentam emendas para decisão desta Casa. Com preferência.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. quer inverter a votação, deixando para serem votados, posteriormente, apenas...

O SR. DEL CIEL — ... os capítulos que contenham emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE — Se V. Exa. requerer e a Casa concordar, não vejo porque não se possa fazê-lo.

O SR. DEL CIEL — Eu solicitaria prazo só para elaboração do requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Quer me parecer, Sr.

Presidente, que nós vamos entrar num período da sessão que é de difícil entendimento. V. Exa. está submetendo à votação os parágrafos do artigo 32. Inicialmente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — Só para esclarecer. O artigo 32 será votado imediatamente. Terá que ser votado agora.

Os outros artigos, os que contém emendas, se algum Deputado fizer um requerimento para que sejam posteriormente, não vejo razão que possa prejudicar.

O SR. IVO THOMAZONI — Estamos votando o artigo 32...

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o capítulo todo: Arts. 32, 33, 34, 35 e 36. Já está com a discussão encerrada.

Só poderia ser, daí para a frente transferidos os outros artigos, onde haja emendas. Inclusive, no artigo 103, diz o seguinte: A ordem regimental das preferências poderá ser alterada por deliberação da Assembléia. E não será admitida preferência da matéria em discussão, por matéria em discussão e votação. Esses artigos do Capítulo estão todos em votação.

A Mesa consulta o Deputado Del Ciel se vai enviar.

Entretanto, já que não pode influir neste Capítulo, a Mesa prosseguirá a votação.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê parágrafo 1º).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação § 1º.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu indago da Presidência, se vai ser colocado em votação, se está sobre a Mesa um substitutivo deste parágrafo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está sobre a mesa um substitutivo ao parágrafo 5º; ao parágrafo 1º, não há emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu consultaria a Presidência, da mesma forma, se é impossível colocar, sob a égide da decisão da Presidência, um projeto em que se pretende substituir este parágrafo pelo seguinte: "O avanço horizontal feito pelo critério de antiguidade... (Lê)...". É que quando defendíamos aqui a posição do Estatuto dos Funcionários Públicos, com base na Constituição do Estado, me parece que há um certo conflito com o texto proposto.

Eu pergunto à Presidência se é impossível colocar sob a apreciação do plenário esta emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — A emenda, a Mesa esclarece a V. Exa. que, infelizmente, é impossível receber. O recebimento de emendas terminou no dia 18.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pareceu-me que se tratando de emenda que não foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, eu indago da Presidência, porque é a oportunidade de fazer, depois, em Plenário, desde que não tenha sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). As emendas aprovadas e não aprovadas poderão entrar mas, as que entraram no prazo legal.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas isto para ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO CAMARGO — (Paulo Camargo). Havendo rejeição pela Comissão, poderia ser apresentada com um terço dos Deputados. Mas, no período hábil, 18 de setembro.

Os Deputados que aprovam o parágrafo 1º, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o parágrafo 2º).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o parágrafo 2º do Artigo 32. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê parágrafo 3º).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o parágrafo 3º do Artigo 32. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o parágrafo 4º).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o parágrafo 4º do Artigo 32. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o parágrafo 5º: A promoção vertical...).

O Sr. Gabriel Sampaio — O parágrafo será votado...

O SR. PRESIDENTE — Só a emenda primeira. Sendo a emenda substitutiva, a Mesa porá em votação a emenda. Ela será votada agora na votação do parágrafo 5º. A emenda substitutiva ao parágrafo 5º. Não se vota o parágrafo 5º. Vota-se a emenda e não o parágrafo 5º. Em votação a emenda ao parágrafo 5º.

O Sr. Enéas Faria — Preliminarmente, vota-se a emenda que está sobre a mesa, admitindo-se a possibilidade da rejeição da emenda, que procedimento dará a Mesa? Vota o parágrafo?

O SR. PRESIDENTE — A emenda é substitutiva, por isso vou por a emenda na frente. É substitutiva, tem preferência.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê: Parágrafo 5º do Artigo 32:).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram conservar-se sentados. — **Rejeitada.**

O Sr. Gabriel Sampaio — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Será concedida verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. 25 Srs. Deputados aprovam a emenda. Rejeitada por falta de quorum. — **Rejeitada.**

Em votação o parágrafo 5º do substitutivo. Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

— **Rejeitado o parágrafo 5º.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê § 6º).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o § 6º.

Os Srs. Deputado que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê § 7º).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o § 7º, do artigo 32. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê artigo 33).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 33. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê parágrafo único).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Existe uma emenda substitutiva ao § único.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a resposta da questão de ordem anterior por nós argüida, motivou a elaboração de requerimento encaminhado a V. Exa., à Mesa desta Casa, para que os Capítulos que tenham recebido emendas sejam apreciados posteriormente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Mas como todo este Capítulo já estava com a discussão encerrada, ela tem que se limitar à votação desta para que seja posta depois em votação.

O SR. DEL CIEL — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Como existe uma

emenda substitutiva, o Sr. Secretário a lerá e terá preferência na votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê emenda).

“EMENDA Nº 17

Ao projeto de lei nº 186/76

O parágrafo único do artigo 33 passa a ter a seguinte redação:

“As promoções por merecimento serão processadas na forma do Anexo III, anualmente”.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Não vemos necessidade de o professor aguardar dois anos, se num ano ele pode completar os cem pontos necessários para promoção. Ademais, disso lhe adviriam prejuízos financeiros”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação a emenda ao § único, do artigo 33. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. — **Rejeitado.**

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Será procedida a verificação.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e cinco (25) dos Srs. Deputados aprovam a emenda. Rejeitada por falta de quorum regimental.

Em votação o § único.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra V. Exa. para encaminhar a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a emenda apresentada não obstante ser justa nas promoções anualmente, nós entendemos que este Estatuto está sendo votado e nós sabemos que a Secretaria de Recursos Humanos não tem estrutura suficiente para fazer essas promoções anualmente. Mas não vemos prejuízo algum ao professor se é feito de dois em dois anos.

Por esse motivo votamos com o substitutivo.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, vejo que nós, ao invés de ajudarmos a classe do Magistério com a ordem de preferência dada à votação de alguns parágrafos, estamos Sr. Presidente, a prejudicar a nobre classe.

Faço Sr. Presidente a seguinte observação. Não acolhida a emenda que alterava a redação do § 5º, deste artigo, Sr. Presidente posteriormente também a falta de quorum regimental deixou de abrigar no Estatuto no § 5º, que observa que a promoção vertical por habilitação de uma classe para outra, será feita de dois em dois anos. A exclusão, do Estatuto, desta disposição, não favorece a classe do professorado, porque deixa a critério do Executivo a promoção que deseja ou não fazer. Porque não abrigarmos, Sr. Presidente; eu silencieei naquela oportunidade, para advertir agora, não se abrigar a emenda que substitui a redação do § único do Artigo 33, se não dermos quorum privilegiado para abrigar a redação como está, nós ficaremos também, na dependência então sim, da vontade toda poderosa do Executivo, para que faça promoções, quando quiser, como quiser. Porque, nesta redação, Sr. Presidente, nós estamos determinando que as promoções por merecimento se processem na forma do Anexo 3, de dois em dois anos. Se não abrigar esta redação, haverá portanto, a necessidade de que no futuro se deixe dúvida sobre isso, Sr. Presidente.

Era esta, a observação que eu queria fazer.

Nós não estamos aqui para prejudicar ninguém, estamos aqui para fazer exatamente o que achamos exequível, o que achamos que ao Governo do Estado, aos cofres públicos e ao

Tesouro, é suporte para atendimento. Porque não adianta, Sr. Presidente, falarmos aqui, que o Rio Grande do Sul tem um excelente Estatuto para a classe do Magistério gaúcho, se nós sabemos que quebraram os cofres públicos daquele Estado, para que o Rio Grande do Sul pagasse os vencimentos do mês passado ao seu funcionalismo.

Foi necessário que se lançasse mão do dinheiro do BNH, que havia ido para aquele Estado, à conta do PLANASA, Sr. Presidente.

O que nós pretendemos dizer aqui, é que não somos contra ninguém, por favor! Queremos um estatuto exequível de ser cumprido, uma Lei capaz de ser real, realista; não adianta votar coisas utópicas, para que depois o Executivo não possa cumprir. Onde está uma estrutura para mexer com o funcionalismo todo da classe do magistério, de ano em ano?

Onde está a estrutura de uma Secretaria de Recursos Humanos, Sr. Presidente? E vejo até com tristeza, Sr. Presidente, que nós estamos sendo aqui, na bancada da ARENA, objeto até de risos, de lamentações, de uma platéia que é esclarecida, e que respeitosamente sempre reverencio.

Se estamos aqui, depois de termos exaustivamente defendido todas as suas reivindicações, que por mais justas e por mais humanas não puderam ser abrigadas, Sr. Presidente, é a isso que eu faço o apelo, para que votemos abrigando o § único nos termos em que está, para darmos ao Executivo um aumento, ou pelo menos um determinação para que haja uma promoção, sem o que, ficará tão somente, à critério e à vontade dele.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente.

Data vênha, o entendimento do nobre Líder da bancada arenista, não me parece que os fatos assim ocorram como pinta S. Exa. A vontade do Executivo, é sim, toda poderosa, e tanto é que está fazendo valer a sua opinião e a sua posição aqui nesta Casa.

O que queremos com isso, Sr. Presidente, não invalidando o substitutivo nesta parte, o que pretendemos se não aprovarmos este parágrafo, pretendemos abrir nova etapa de trabalho. Porque aí sim, não constando de dispositivo legal, caberá à Secretaria da Educação, que já aqui esteve, que já aqui impõe, que já aqui disse, caberá à Secretaria, numa nova etapa de trabalho, caberá a ela regulamentar esse dispositivo. Então, que se trabalhe, que se ponha na balança, que se veja se é exequível ou não; que se dê tempo, mais tempo para estudo; que se dê mais tempo para pesquisa.

Assim entendo, Sr. Presidente, e assim vou me manifestar quando da hora da votação.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, data vênha, não podemos concordar com a argumentação do ilustre Líder do Governo.

Disse bem S. Exa. que se rejeitando esse parágrafo, iríamos colocar o "todo poderoso", que é o Executivo, numa situação em que não poderia mais conceder essa promoção.

Louvando-me na assertiva do ilustre Líder do Governo, que o Executivo é o "todo poderoso", por ocasião da regulamentação deste projeto, poderá S. Exa., atendendo reivindicação da classe do magistério, pensar um pouco mais e dar aquilo que esta classe tem pretendido e que é a promoção anual.

Não vemos, portanto, nenhum impasse, nenhum prejuízo, em que se rejeite esse parágrafo. E assim procedendo, daremos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado a oportunidade de satisfazer, pelo menos em parte, o Magistério deste Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o nobre líder do Governo citou o Estatuto do Magistério do Rio Grande do Sul, Lei que data de 22 de abril

de 1974, aprovado pela Maioria arenista de então e sancionada por um Governador também da ARENA.

É bom que se diga, já que foi citado, esse Estatuto inclui a letra "F" que, hoje, aqui, foi negada ao Magistério do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, em 74, o MDB, no Rio Grande do Sul, já dispunha da Maioria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte ao Plenário que só pode dar a palavra para encaminhamento da votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, invocou a Liderança do Governo de que o Rio Grande do Sul teria estrangulado seu orçamento. E esse estrangulamento do orçamento teria sido causado pela necessidade de remuneração do magistério. E que aquele Estado teria recorrido aos recursos do BNH.

Entendo que o Estado não tem finalidade lucrativa. A sua receita constitui no esforço conjugado de todos os cidadãos contribuintes, que é precipuamente voltada para a busca e realização do bem comum.

Esta é a finalidade social do Estado.

O baixo nível do ensino, que se faz sentir não só no Paraná, mas principalmente no Paraná. E os professores precisam, no preparo de suas aulas, ter uma remuneração mais compatível.

Veio a 5692, houve uma modificação estrutural no sistema de ensino do País. O que se busca, pelo Estatuto do Magistério, é trazer à classe de quem tem a responsabilidade de orientar o nível de um povo, uma condição melhor. É preciso que, para isso, se exerça com isenção, com justiça, a apreciação de todos os preceitos, que aqui estão sendo discutidos.

É por essa razão que esta bancada, incorporada por nobres Deputados da ARENA se articulam para ver se, pela sua atuação, devolve à classe do Magistério um Estatuto que seja a tradução de sua aspiração, como legítimo interesse subjetivo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — continua em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Felizmente a comparação feita pelo eminente Deputado Líder do Governo, foi com o Rio Grande do Sul. Lamentaria muito se ele pretendesse comparar o Paraná ao Piauí. Pareceu-me de todo estranho, todavia, que tenha despertado o eminente Deputado Ivo Thomazoni para o Rio Grande do Sul, quando ele deveria ter acordado para as reivindicações dos professores do Estado do Paraná.

A alegação de que, rejeitado o dispositivo, nós, segundo ele, estaremos desservindo ao magistério do Paraná, não só não é válida, mas como e principalmente está a esconder alguma coisa. É transferir o ônus do não atendimento das reivindicações dos professores, para aqueles que, hoje e agora, aqui, ainda que em minoria, estão marcando nos Anais da Casa uma posição em defesa intransigente do Magistério do Paraná. — (Muito bem! — Apoiado!).

E vou mais além, concordando com o raciocínio que aqui foi exposto, é correto que deixemos de fazer figurar no Estatuto determinados dispositivos, mas se aprovada fosse a emenda, e a vetasse o Sr. Governador do Estado, com que ficaria o Professor? Na mesma situação, só que dessa feita nós é que levaremos o ônus para aquele que o merece, que é o Chefe do Executivo.

Por esta razão, com minhas desculpas ao eminente Líder, não posso aceitar a increpação de que nós, ao assim procedermos, estejamos votando contra os interesses da classe, já tão prejudicada, por contar apenas com a Minoria desta Casa.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do MDB, juntamente com ilustres Deputados da ARENA, apresentou a esta Casa duas emendas tratando das promoções. A primeira alterando a redação do artigo 5º do

parágrafo 32, que foi rejeitada, por não obter quorum privilegiado. Da mesma forma, não obteve quorum privilegiado a aprovação da redação do parágrafo 5.^o do artigo 32. Discute-se agora a aprovação do parágrafo único do artigo 33, que diz que as promoções serão processadas de dois em dois anos. O próprio Governador já admite, já quer, já entende que as promoções devem se realizar de dois em dois anos. E já têm um compromisso moral, mas não precisará, portanto, da validação desta Assembléia para sua posição. Entendemos que essas promoções devem ser feitas anualmente e não de dois em dois anos.

Se, por um lado, não validamos, não daremos o respaldo desta Assembléia para que amanhã se negue a promoção anual, sob a alegação de que esta Assembléia só aprovou a promoção de dois em dois anos. Não vemos porque devemos aprovar. Nós cremos, como bem disse o Deputado Accioly Neto, que estamos prestando um serviço ao magistério paranaense. Não será, por opinião de a ou b, talvez envolvido emocionalmente por situações políticas, que essa posição será alterada, ou que a imagem dessa posição será alterada. E os professores do Paraná são testemunhas do esforço de uma plêiade de Deputados, para que seus direitos sejam resguardados. Com isso, a responsabilidade pelas promoções volta ao "todo poderoso" Poder Executivo, ficando norma em branco e portanto, haverá condições de que, em sendo norma em branco que ela seja feita também anualmente.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito da informação de que o Estatuto do Magistério do Rio Grande do Sul seria uma lei utópica, é conveniente lembrar que no mesmo dia da promulgação daquele Estatuto, também o foram duas leis especiais, através das quais se fixou o plano de pagamento e a tabela de vencimentos, coisa que, infelizmente, não ocorrerá aqui no Paraná. Seria essencial, seria necessário que, para a colocação, para o posicionamento dos homens que hoje aqui votam, se soubesse qual a tabela de vencimentos, reclamada ontem e que hoje aqui não se fez presente.

Mas, Sr. Presidente, o meu voto contrário a esse parágrafo, além das razões do eminente Líder, se baseia nos princípios fundamentais de toda a lei. Ela deve ser de caráter permanente e não se estribar na casuística que é, ao que me parece, o que está sendo interpretado pelo Governo do Estado.

Se a lei não é utópica deve, no entanto, buscar o ideal da sociedade. A lei é que traça as prioridades que o Estado deve buscar. Para mim a maior prioridade existente hoje, sempre e para todo o sempre, é a educação. Esta é a prioridade essencial que todo o Governo deve ter em mente.

Hoje, mais uma vez, fico triste por ver o Paraná relegado, justamente o Paraná que tem três universidades, fico triste, repito, por receber a notícia de que outros Estados, como o Rio Grande do Sul, recebem verbas do BNH para a sua educação. Nós que temos o Ministro da Educação, não recebemos essas verbas. Foi lamentável que esta notícia viesse para se confirmar, mais uma vez, a falta de representação que, infelizmente, o Paraná ainda tem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o parágrafo único do artigo 33. — Rejeitado.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — Lê o art. 34.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 34. Aprovado.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — Lê o art. 35.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 35. Aprovado por unanimidade.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — Lê o art. 36.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 36.

O SR. ACCIOLY NETO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda que existam aqueles que entendem não ver na lei nenhuma demonstração de sapiência, este artigo 36 extingue qualquer dúvida a propósito de que as promoções relativas ao parágrafo único, do art. 33, seriam prejudicadas no que se refere a esta disciplina.

O próprio Poder Executivo se encarregou de incluir, além de normas casuísticas, um dispositivo expresso segundo o qual as promoções serão processadas na forma do respectivo regulamento. Isto equivale dizer que a ausência de dispositivo não impedirá, de forma alguma, que o Poder Executivo venha a regular aquelas duas situações que deixaram de existir por força da rejeição.

E acredito eu, que o Poder Executivo deverá fazê-lo na forma de regulamento, desta vez sim, atendendo as reivindicações que constavam das emendas que não conseguiram se fazer aprovadas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 36.

Para encaminhar, tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, ou eu falo "grego".

ou não me faço entender, Sr. Presidente. Afirmar que a exclusão dos parágrafos 5.^o do artigo 32 e do único do artigo 33, ensinaria ao Executivo, na sua regulamentação, dispor, Sr. Presidente, de quando em quando as promoções poderiam ser processadas. Nada mais nada menos do que isto, Sr. Presidente.

Estávamos pretendendo sujeitar o Executivo a promover estas promoções, de 2 em 2 anos no mínimo. Não me fiz entender, e fui alvo, Sr. Presidente, da palavra de inúmeros Deputados da Arena e do MDB.

Mas volto a significar a importância que tem, que se abrigue no Estatuto, exigências que devam ser cumpridas pelo Executivo. É esta Casa que sempre reclama, Sr. Presidente, da pouca força deste Poder. Estarmos muitas vezes conferindo ao Executivo — e é próprio das instituições — Sr. Presidente, poderes em demasia, quando se pretende, na humildade desta bancada, fazer com que o Executivo tenha a obrigação estatutária de promover tais promoções, somos, assim mesmo, Sr. Presidente, alvos de críticas e, da inversão das coisas, Sr. Presidente, Nada mais do que isto foi o que pretendi dizer.

E, se alguma coisa mais pretendi dizer, e se alguma coisa mais acrescentei, Sr. Presidente, foi porque achava necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 36. Aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria do Deputado Del Ciel e outros. O Deputado requer preferência para discussão e votação dos Capítulos que não foram objeto da Emenda. Em votação. **O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. (Assentimento)**

Sem parecer impertinente, Sr. Presidente, gostaria de ouvir a justificativa plausível do autor do requerimento, para que possamos votar. Se há alguma razão maior que determine a aprovação e a inversão de preferência no sistema de votação. **O SR. DEL CIEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente, atendendo especial solicitação do eminente Líder do Partido Situacionista, nossa bancada chegou à conclusão de que haverá necessidade para atender a estudos que de intervalo a intervalo, estamos processando. Chegamos a requerer, através da Liderança, a suspensão dos trabalhos legislativos por 30 minutos.**

Buscamos então, com o nosso requerimento, evitar a suspensão da presente sessão, dando-se continuidade ao trabalho com apreciação aos Capítulos, que não mereceram, ou não foram objeto de apresentação de emendas, para que concluídos esses entendimentos que estamos mantendo com a Liderança do MDB, com os eminentes Deputados, que também participaram

do encaminhamento destas possamos apreciá-las, apresentando ou continuando a apresentar a melhor decisão dos eminentes Deputados que tenham votado favoravelmente nas emendas encaminhadas. Explicamos ao eminente Líder Ivo Thomazoni que o objetivo fundamental é o de não se proceder a interrupção da sessão por 30 minutos, dando-se continuidade aos trabalhos, e para que possamos ter a oportunidade de enquadrar as emendas que foram encaminhadas e estão sendo apreciadas, na grande maioria, rejeitadas seguidamente neste Plenário.

Era esta a justificativa.

O SR. IVO THOMAZONI — Consulto a V. Exa., Sr. Presidente, se posso encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Sim.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, o Regimento desta Casa faculta às duas bancadas usar de expedientes que, abrigados no Regimento, são válidos e, quando solicitei que o eminente Deputador autor do requerimento justificasse a sua procedência, era para conferir o que de antemão, Sr. Presidente, já vislumbrava. E, para demonstrar, Sr. Presidente, que queremos que esta Casa vote com total soberania, eu me curvo ao desejo da bancada do MDB, que aguarda que dois ilustres Deputados, membros do MDB consigam, como não conseguiram até este instante, chegar a este Plenário, para que votem com número suficiente para abrigarem as pretensões contidas nas emendas. Mas, que nos facultem também, sem que críticas mais violentas nos sejam assacadas no decorrer desta sessão, se nós usarmos também de expediente regimental ao recorrer ao recurso dela, para que todos saibam que nós votaremos conscientemente ao requerimento do Deputado Del Ciel, que se pretende votar os pontos que não são polêmicos para que, em número suficiente a bancada do MDB, com os Deputados da ARENA que a acompanham, possa votar com quorum privilegiado constitucional.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Os nossos objetivos, Sr. Presidente, foram os melhores possíveis. Não nos conformamos com as decisões que a Casa vem tomando em prejuízo ao magistério paranaense, tirando do Poder Executivo que tem todo o direito, através do recurso do veto, a oportunidade de analisar melhor as matérias que...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre Deputado, que não está falando Pela Ordem, e já usou da palavra para encaminhar a votação.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, tão somente para justificar a propositura que vamos encaminhar, através de questão de ordem. Fomos pré-julgados pelo eminente Líder governista e, desta forma, apelo a V. Exa. para que retire de pauta o requerimento de nossa autoria. Nós o encaminhamos com as melhores intenções possíveis, objetivando uma apreciação mais razoável das emendas que esta Casa tem focalizado e recebido. Assim sendo, Sr. Presidente, requeiro — se V. Exa. tiver recurso regimental — para que retire de pauta o requerimento de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE — Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria também, de retirar este requerimento de adiamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Retirado o requerimento do nobre Deputado.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo VIII — DO ACESSO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 37.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 37. — **Aprovado,**

por unanimidade.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 38.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 38. — **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 39.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 39. — **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo IX — DA TRANSFERÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão o Capítulo IX. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 40 e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 40. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 41.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 41. — **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo X — DA REINTEGRAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão o Capítulo X.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Capítulo X, artigo 42, Sr. Presidente.

Antes de qualquer pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de colher informações da Mesa. A emenda relativa a este artigo e uma série de outros artigos que fazem a citação da Lei 6174, como procederíamos?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Estão nas Disposições Transitórias. Será apreciado quando forem votadas as Disposições Transitórias.

Em votação o artigo 42. — **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo XI — DO APROVEITAMENTO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão o Capítulo XI. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 43.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 43. — **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo XII — DA REVERSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê artigo 44.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 44. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo XIII — DA SUBSTITUIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão o Capítulo XIII. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê artigo 45 e parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o Artigo 45. **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o artigo 46.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 46. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê Capítulo XIV

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo XIV. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Artigo 47. Lê:

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Artigo 47 **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê Capítulo XV — DA VACÂNCIA

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo XV.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Artigo 48. (Lê)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 48. — **Aprovado,**

por unanimidade.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Capítulo XVI — DA REMOÇÃO.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo XVI

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

Este artigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez seja o mais polêmico deste código que ora se vota. O item 4.º que trata de um dos processos, uma das formas de remoção prescreve a remoção a título de interesse do ensino, ou em outras palavras, a remoção ex-officio. A lei deve buscar, tentar buscar critérios objetivos e não subjetivos. A partir do primado de que todos seriam iguais perante a lei, deve o legislador se preocupar em fixar normas cuja interpretação tenha critérios objetivos. Ora, o interesse do ensino é uma expressão que bem diz da avaliação subjetiva porquanto o interesse de um, não pode ser o interesse de outro. O interesse do professor, não pode ser o interesse do governante e o que se busca é o interesse da Educação em primeiro lugar. Assim, é possível, é provável que outros interesses que não os do ensino orientem as remoções que sempre serão tachadas no interesse do ensino. Tentou-se no parágrafo único, amenizar a fórmula da remoção por ofício, através de permitir-se que a remoção só incidiria quando dentro do município. Está aí a evidência de que pode haver o discricionamento em remover um professor no interesse do ensino da sede do município para o distrito, tanto mais que removê-lo de um município para outro. Situações há em que o município é dividido do outro por uma rua, mas da sede ao interior distam quilômetros.

Então também este critério não pode amenizar ou não pode neutralizar o discricionamento que pode haver. Entendo de que não possa ser aceito este dispositivo porquanto ele deixa ao critério do homem que tem o mando, do homem que tem o poder, e fazer a remoção através de processos subjetivos.

Eu vejo aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a permanência neste Estatuto, de um mal que eu tenho combatido insistentemente, de um mal que hoje pode estar sendo utilizado pela Arena, como amanhã, se formos Governo, poderá ser utilizado pela bancada do MDB. Como disse, a lei tem que ter caráter permanente. Não poderemos cair na casuística. Se hoje existem casos de remoção ex-officio, onde o comando político é por parte da Arena, amanhã isso poderá ser invocado por outro Partido que esteja no comando. Entendo de que o critério deve ser sempre objetivo e não subjetivo. Portanto, o meu voto, neste artigo 50, no item 4.º, de interesse do município, e seu parágrafo único, será contrário, porque ele é contrário realmente aos interesses do município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão o Capítulo XVI. Encerrada a discussão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê artigo 49.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 49. Os Srs. deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê artigo 50.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, solicitando que o artigo 50 seja feita votação, inciso por inciso e parágrafo por parágrafo. — **Aprovado.**

Item 1 do artigo 50. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê item 2.º

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o item 2.º.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê item 3.º.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o item 3.º.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se co-

mo estão. — **Aprovado.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê o item 4.º

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Encaminho à Mesa um requerimento, pedindo que a votação desse preceito...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa já anunciou, e põe agora em votação.

Em votação o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, que requer votação nominal para a votação do item 4, do artigo 50. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. OSVALDO MACEDO — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A votação será feita, evidentemente, nominal será feita no inciso 4.º e no parágrafo único, conforme o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não. A votação será feita apenas no item 4.º

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O parágrafo único deste artigo se refere explicitamente ao artigo 4.º, portanto, é parte integrante.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) No entender da Mesa, não faz parte, é específico o requerimento ao item 4.º.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, apenas eu gostaria de esclarecer uma dúvida. A proibição do que cabe ao inciso 4.º é explícito no item 4.º.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser posto em votação o inciso 4.º e não o parágrafo. A emenda ao inciso 4.º tem a seguinte redação.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 186/75.

Seja suprimido o inciso IV do artigo 50, e, conseqüentemente, o parágrafo único desse artigo.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem uma série de outros instrumentos e meios de melhor redistribuir o seu pessoal, se é que há necessidade. Pode para isso, por exemplo, promover concursos de remoção e oferecer estímulos aos que se sujeitarem a trabalhar em locais mais distantes e de difícil acesso. Hoje a remoção "ex-officio" pode ser um instrumento útil nas mãos de administradores e políticos conscientes: amanhã pode ser o maior instrumento de perseguição política aos já sofridos mestres de nosso Estado. O professor precisa de tranquilidade, estabilidade e segurança, para poder ser um bom educador. A remoção no interesse do ensino, por mais branda que possa ser pintada, será uma mancha negra no magistério paranaense. O fato de o Estatuto dos Funcionários Civis prever remoção "ex-officio" não implica em que também o magistério tenha que tê-la: as características funcionais são bem diversas.

(a) OSVALDO MACEDO e outros

O SR. PRESIDENTE — Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, mais uma vez não entendo, o que se pretende.

O inciso IV do artigo 50 fala da remoção no interesse do ensino. E no parágrafo único, Sr. Presidente, se disciplina que a remoção de que trata o inciso IV, deste artigo, de um para outro município, somente se processará, mediante assentimento do professor ou especialista de educação.

A Comissão Especial, Sr. Presidente, que concluiu pelo encaminhamento deste substitutivo geral, conferiu ao professor, o direito de só ser removido quando a requerimento seu, de um

para outro município.

Lembro, Sr. Presidente, esta matéria foi exaustivamente discutida a nível de comissão e a nível de bancada.

Se não validarmos a redação, se não abrigarmos no Estatuto, o inciso IV e o parágrafo único, Sr. Presidente, nós, mais uma vez, estaríamos desservindo o professor do Paraná.

E por que, Sr. Presidente? Porque por analogia, nós estaríamos aplicando o que dispõe, o que estatui o Artigo 75 da Lei 6174, de 16/11/70, cuja redação quando fala da remoção, está posta da seguinte forma:

“Remoção é o deslocamento do funcionário de um para outro órgão ou unidade administrativa e processar-se-á “ex-officio”, ou a pedido do funcionário.

Mais uma vez, volto a repetir, Sr. Presidente, estamos conferindo ao professor do Paraná, não um privilégio, porque não se está dando privilégio, mas estamos procurando evitar que o professor seja objeto da vontade do Executivo, ou do titular da Pasta da Educação e Cultura, e seja transferido de um Município para outro, sem que o professor requeira a remoção. É que a remoção, Sr. Presidente, seja do interesse do Ensino, que o professor não seja removido fora da época de Concurso de Remoção, facilitando, muitas vezes, Sr. Presidente, ao próprio Professor e aos seus familiares.

O que a bancada do MDB sustenta a emenda que impede a remoção do professor, no interesse da Educação, dentro das fronteiras do mesmo município, de uma para outra unidade, escolar. Mas, temos também, que legislar no interesse da Educação, no interesse do ensino.

Este ano, Sr. Presidente, para que pudéssemos abrir salas de aula nas escolas dos bairros desta Capital, o Governo teve que contratar cerca de 400 professores. Que tratamento, Sr. Presidente, se defendeu aqui para os professores que lecionam nos bairros de difícil acesso, quando se queixam dos privilégios de outros professores que lecionam no centro da cidade? O que dizer de alguns complexos escolares que possuem excesso de professores? Por que não admitir que a inteligência desses professores possa servir à ânsia de saber daqueles menos assitados? Principalmente aos residentes nos bairros da cidade?

Não se está pretendendo, Sr. Presidente, na defesa da redação deste parágrafo único, ensinar ao Governo nenhuma forma de perseguição. Porque, há muito tempo, aqui neste Estado, não se vê qualquer tipo de perseguição na remoção de professores.

Atualmente, o professor apenas é removido quando requer sua remoção, a sua transferência.

Lembro-me, Sr. Presidente, quando oposição neste Estado eu assistia a remoção política de professores, de um para outro, município. E não restava outra coisa senão chorarmos juntos (risos).

A redação do parágrafo único do artigo 50, foi uma conquista da Comissão Especial, para pretender, numa votação nominal, identificar os que votam a favor, ou contra esta redação.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, significar que voto conscientemente, porque considero indispensável que o Estatuto abrigue este parágrafo para que, no futuro, não assistamos remoções no interesse apenas do ensino, ou “ex-officio”, sem a anuência do professor.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns pontos que devem ser colocados nos seus devidos lugares a propósito desta matéria. Primeiramente, gostaríamos de registrar que a Comissão Especial, na sua primeira conclusão, por unanimidade, pronunciou-se contrariamente ao que acaba de dizer o eminente Líder do Governo. No parecer de 31 de agosto de 76, a conclusão da Comissão Especial foi a seguinte, por unanimidade:

“Parece-nos inoportuna uma apreciação imediata sobre as emendas, e sugestões apresentadas, uma vez que acolhidas ou não as emendas pela Comissão, constitui matéria de suas próximas atividades, após o oferecimento de emendas em Plenário, pelos Senhores Deputados”.

Há contudo, conclusões que nos parecem definitivas, e que serão acatadas pela Comissão Especial do Estatuto do Magistério, a saber: 1 - adoção da lista triplíce; 2 - revogação da remoção “ex-officio”; “seguem os demais itens. Portanto, Sr. Presidente, de início, a Comissão Especial adotou tese diferente, por unanimidade, da que agora defende e que, posteriormente, pela sua maioria, a Comissão veio a adotar, com relação à remoção, no interesse do ensino.

Por outro lado, Sr. Presidente, é preciso que se leia também o disposto no artigo 26 da Constituição Estadual, que estabelece o seguinte:

“As leis complementares à Constituição . . . etc. Considera-se Leis Complementares: 1 - 2 - 3 - Estatuto do Ministério Público; 6 - Estatuto do Magistério”. Quer dizer, entre as demais Leis Complementares arroladas pela Carta Estadual. Desta forma, não se pode falar em perigo de vir a ser aplicado o Estatuto do Funcionário Público, onde existe o Estatuto do Magistério.

Nestas condições, nenhuma aplicação poderá ter em relação ao Estatuto do Magistério, salvo aquilo que expressamente venha a dizer no Estatuto dos Funcionários Públicos, que é Lei Complementar, igual ao Estatuto do Magistério.

Por outro lado, ainda quer nos parecer, Sr. Presidente, que no interesse do ensino, da maneira que está posto no projeto, contradiz com a realidade. Tivemos oportunidade, juntamente com o ilustre Deputado Enéas Faria, de integrar a Comissão e deixar, em separado, nosso voto a respeito dessa matéria. Precisando acentuar-se ainda, que se o interesse fosse realmente do ensino e somente esse que devesse prevalecer, nós propuséramos uma emenda que expressamente diria: “Inciso IV — a pedido, mediante concordância da Secretaria de Educação”.

Essa emenda, no entanto, não foi aceita pelo Governo e, conseqüentemente, pela maioria da Comissão. Seria essa emenda uma solução para os casos em que o Governo alega que o professor teria necessidade imediata de uma transferência que lhe seria concedida ou por instância da própria administração se o professor concordasse com a transferência ou uma remoção imediata.

Era no nosso entendimento, com o qual permanecemos ainda, uma forma de se dar solução ao assunto com absoluta segurança. Ninguém pode prever, nem responder pelo futuro e nós estamos autorizados a dizer, em nome do passado, o que possa ainda ocorrer no futuro com a remoção injusta que se vê, repetidamente, de elementos integrantes do nosso magistério.

Ademais, Sr. Presidente, é preciso que nos atenhamos também ao próprio texto da Consolidação das Leis do Trabalho quando regulamenta a transferência de empregados. Nos casos especiais de transferência, como por exemplo no Capítulo que disciplina a transferência dos bancários, ela assegura um aumento de vencimentos de 25 por cento a cada transferência que ocorra. É muito natural que o Governo pretenda ou a administração de uma empresa pretenda a transferência de um seu funcionário. Entretanto, ele precisará ver se essa transferência não irá implicar na diminuição de seus proventos, vencimentos ou salários.

É o caso de uma transferência na Capital do Estado de um professor que leciona em determinado bairro, como por exemplo do Pinheirinho para o Bacacheri. É preciso verificar a diminuição de vencimentos que terá, se tem residência no Pinheirinho para ir lecionar no Bacacheri. Nem o Estatuto nem o Estado e nem a administração teve esta preocupação de prevenir

a parte material e a diminuição daquilo que percebe o professor como previu e como está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho para os casos de transferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Existe sobre a mesa, um requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e de outros Deputados solicitando prorrogação da presente sessão por mais 4 horas. Em votação. — **Aprovado.**

O nobre Deputado tem mais um minuto para terminar a sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado, Sr. Presidente, estava mesmo concluindo e agradeço a deferência de V. Exa., Sr. Presidente, tenho a dizer que em razão do que afirmamos, votaremos favoravelmente à emenda supressiva e se esta não vingar votaremos contrariamente ao inciso quarto e seu parágrafo do artigo 50, por entendermos que a prevalecer tais disposições no Estatuto, implicarão elas numa injustiça para a classe do magistério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Continua em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar à votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, antes de encaminhar a votação do art. 50, perguntaria, para dirimir dúvidas, se a emenda referente ao artigo 50 é somente supressiva.

O SR. PRESIDENTE — É e será votada posteriormente ao inciso quarto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, quando recebemos na Comissão a mensagem do Poder Executivo, para que trazia no seu bojo o artigo 50, que a remoção processa-se por concurso, por permuta, no caso de transferência ou remoção do cônjuge, ex-ofício do interesse do ensino.

Nós nos preocupamos com isto, e nos manifestamos contrários ao nosso parecer preliminar dizendo que deveria ser alterado este inciso quarto, quando dizia ex-ofício do interesse do Ensino.

Dialogamos junto ao Poder Executivo, para que se alterasse, para que pudéssemos acrescentar mais um parágrafo.

Parágrafo este que diz que a remoção de que trata o inciso quarto, deste artigo, de um para outro município somente se processará diante assentimento do professor ou especialista de Educação.

Quando assim fizemos, foi na intenção, se assim pudéssemos, de atender 100 por cento pelo menos a maioria, que são 290 municípios do Paraná, e que evitaria a remoção ex-ofício dos professores de um município para outro.

Ficou pendente a remoção interna dentro do município.

Entendemos que a emenda apresentada excluindo o parágrafo quarto, o item quarto, e o parágrafo único deixará, o Poder Executivo em condições de proceder a remoção ex-ofício, com base no artigo 65 do Estatuto do Funcionário Público, porque entendemos que o professor também é um funcionário público.

Assumimos o compromisso e queremos arcar com a posição.

Lutamos na permanência deste parágrafo, e assim vamos votar entendendo estar atendendo a reclamação da maioria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, desde o início desta sessão, que nós notamos o grande empenho da calorosa bancada do MDB e alguns Deputados da Arena, no sentido de melhorar tudo, ou quase tudo aquilo que veio no bojo da mensagem governamental.

Contudo, e antes disso, devo dizer que este parlamentar já estava se sentindo preocupado com a posição da bancada

da Arena. Porque dávamos a impressão e, talvez até, estamos dando a impressão que somos contra qualquer melhoria que seja proposta neste Plenário.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou convencido, depois que discutimos o artigo 32 no seu parágrafo quinto e o parágrafo único do artigo 33, de que o interesse pessoal está acima, o interesse pessoal da bancada do MDB, de contestar, e de alguns Deputados da Arena, está acima dos interesses do Ensino, porque, se nós lembrássemos a última vez que houve promoções neste Estado, muitos dos Srs. Parlamentares, e até mesmo dos Srs. professores talvez não soubessem a data.

Salvo melhor juízo, a última readaptação de cargos em promoções que houve neste Estado, é datada de 1964.

Quatorze anos se passaram, e nós não vimos uma só promoção para esta classe.

Quatorze anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se nós tivéssemos inserido na legislação em torno da matéria, as promoções depois de 2 anos, nós teríamos já realizado 7 promoções e, hoje, nós preconizamos a redução de 14 anos para 2, e a bancada valorosa do MDB não quer 2, quer 1, e isso significa que se nós tivéssemos proposto as promoções de 1 ano, haveria a bancada do MDB de propor 6 meses, e se nós tivéssemos proposto 6 meses, ela haveria de propor 3 meses.

Mas, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saiba a classe que está nas galerias deste plenário que os 14 anos que datam da última promoção, até este dia, tentamos reduzir os 14 anos para 2 e alguns Deputados da ARENA, somados ao MDB impediram, colocando seus interesses de oposição sistemática acima do interesse do magistério.

E, agora, repetem a façanha, quando nós discutimos mais uma vez um item que vem minorar a incidência no comando político, ou qualquer termo que queriam utilizar, sobre a transferência indevida do professor, porque já vimos em todos os governos do PSD e PTB, de ex-arenistas ou de ex-emedebistas, transferências de professores não no município, do Portão para o Pilarzinho, do Portão para o Bacacheri, como disse um Deputado, mas de S. João do Caiuá para Paranaguá, e aqui nós impedimos isso.

Nós deveremos começar, e estaremos tentando começar hoje, e estamos sendo impedidos porque a idéia não é do MDB, porque, se fosse, eles estariam a favor, motivo pelo qual Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, a partir deste momento, vou me pronunciar com a consciência tranquila de que o MDB e alguns Deputados da ARENA não estão legislando a fim de melhorar o magistério e sim, a fim de manter a sua oposição sistemática.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu pasmo até ante o que acabo de ouvir.

Nem mais sei o que dizer, Sr. Presidente, diante do que acaba de ser proferido aqui nesta Casa.

É triste dizer, porque aqueles que não acompanharam, aqueles que não discutiram, aqueles que não estudaram, pretendem hoje atirar sobre nós a pecha de sistemáticos, de oposição por oposição do MDB nesta Casa, Sr. Presidente.

E é verdade, Sr. Presidente, que mais uns poucos Deputados independentes, livres e esclarecidos têm feito do seu mandato um permanente estudo, um permanente trabalho, uma atuação contínua.

Foram dias e dias, meses e meses atirados neste trabalho, e justificação nenhuma e argumentação alguma pôde derrubar o bom senso, pôde derrubar a realidade.

O que se quis instaurar, e aí está, Sr. Presidente, é o império do arbítrio, o império da violência, a injustiça, e o passado e o presente estão a dizer que se se der o instrumento legal, voltará a ocorrer e voltará a ocorrer em dose maior.

Esta terra precisa de justiça, de liberdade, de liberdade, de direito, de garantias, e não seremos nós os homens que sofremos tanto com isso, Sr. Presidente, que seremos os artífices

do instrumento da injustiça, da falta de garantias e da intranquilidade.

Não sei o que perpassa pela bancada Arenista. Não sei, Sr. Presidente, o que pretende mas, foi exaustiva a decisão, foi exaustivo o trabalho.

Tentou-se melhorar, tentou-se aprimorar, tentou-se conferir garantias e tranqüilidade.

Foi impossível de se conquistar, na Comissão; fomos derrotados lá; aqui, já foi dito e quero repisar, a fórmula que aqui está, este substitutivo vingou por maioria de votos, porque fomos contra até o último instante, até o último momento.

E, aqui, somos contra de novo.

Não, sistematicamente; não, oposição por oposição.

Mas, contra o arbítrio, contra a injustiça, contra a violência.

Isto nós não aceitaremos; contra isto, V. Exa. nos terá sempre pela frente.

Seremos sempre uma voz a gritar contra isso, ocorra o que ocorrer, aconteça o que acontecer e, não seremos nós a entregar ao professorado ou a quem quer que seja, a tristeza que aí está.

Eu pretendia argumentar e fui assaltado pela indignação.

Deixarei a outros Companheiros, que argumentem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pisaram no seu calo...

O SR. ENÉAS FARIA — Pisou e pisará cada vez que V. Exa.,
ou quem quer que seja...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica à Arena e ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que o Sr. Deputado Enéas Faria está com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Pisará o eminente Deputado ou quem quer que seja, quando pretender que seremos nós os elementos de criação de injustiça.

Isto cabe bem a V. Exa. e, tem cabido.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente.

Eu gostaria de, inicialmente, lembrar a minha posição no início dos trabalhos desta sessão quando nós assumimos a tribuna no Pequeno Expediente nesta Casa, para colocarmos, antes que iniciasse a votação do Estatuto, a nossa posição.

Dissemos, na ocasião, que votaríamos de acordo com nosso entendimento, supra-partidariamente, e eu vi nas últimas intervenções de companheiros desta Casa que estão a me colocar "a reboque" da ilustrada bancada da Arena.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. e aos nobres companheiros componentes da Casa ...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, com a palavra o nobre Deputado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, só para fazer um reparo já que não me é permitido apartear o nobre Deputado, dizer que não usamos o termo "reboque". Não faríamos isto com V. Exa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Então, voltando ao meu raciocínio, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa quer comunicar às galerias, que não podem se manifestar. A primeira pessoa que se manifestar, será retirada da galeria pela guarda da Assembléia. Vou Ler o artigo 119, para a ilustrada bancada.

(LÊ ARTIGO 119).

Será cumprido o Regimento.

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Prosseguindo, Sr. Presidente, diria que a minha decisão de votar com algumas emendas propostas por diversos Srs. Deputados, inclusive, com a nossa assinatura, nós estamos fazendo de acordo com nossa cons-

ciência. Não pretendemos acompanhar ninguém.

Votamos, isto sim, por aquilo que entendemos, no nosso fraco entendimento que possuímos do magistério paranaense, da educação, sobretudo, inclusive lembrando aqui as palavras já proferidas.

Talvez alguns tenham mudado de opinião, eu admito que as pessoas mudem de opinião, inclusive a opinião é livre e individual.

Nós vimos o Parecer da Comissão Especial que, por unanimidade, concluiu que aceitaria, acataria entre outras coisas a rejeição da remoção ex-offício.

E a colocação do inciso quarto de interesse do ensino é a mesma coisa em outras palavras.

Portanto, alguns Deputados voltaram atrás do seu entendimento.

Nós não opinamos nesta Comissão porque dela não participamos.

Vimos agora, para uma votação do Estatuto do Magistério.

Queremos colocar, mais uma vez e lembrar ao nossos companheiros de bancada e também do MDB que nós tivemos a preocupação, desde o início da sessão, de colocarmos nossa posição perante a tribuna da Assembléia, sendo que votaríamos de acordo com a nossa consciência que não estamos absolutamente preocupados em fazer média ou não fazer média com o Estatuto do magistério.

Votamos, isto sim, com aquilo que entendemos da classe do magistério e do professorado paranaense.

E continuamos assim, até o fim, com a nossa consciência tranqüila respeitando profundamente, as opiniões divergentes. Obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda uma vez há equívoco na interpretação de posições que vimos assumindo nesta Casa.

Quando esse equívoco é ao menos justificado pela exacerbação do passionalismo governamental eu ainda não o aceito, mas quando o equívoco é cometido pelo simples fato de que não se leu o substitutivo geral por inteiro, nós não podemos, evidentemente, aceitá-lo.

Efetivamente o Estatuto do magistério deve dirigir-se ao atendimento dos interesses do Ensino.

O que se está confundindo é o interesse do Ensino com o interesse da administração do Ensino, que é coisa completamente diversa.

O interesse do Ensino conjuga simultaneamente apenas duas situações, a do professor e a do aluno.

Já isso não ocorre com o interesse da administração do Ensino, porque para esta a única situação que está em foco é a do interesse do Estado no que diz respeito à manutenção sob qualquer título, da estrutura educacional.

Mas, o orador que me antecedeu, tentou, genericamente, atribuir a todos que se manifestam contra a transferência ou remoção ex-offício, a pecha de parlamentares que estão em dessintonia com os interesses do ensino e o fez certamente porque não leu o § quinto, do artigo 51.

Se tivesse essa preocupação não teria feito tais diatribes aqui dentro.

Senão, vejamos: O § quinto, do artigo 51, diz que o concurso de remoção será realizado durante o período de férias escolares e ao fim de cada ano, ou em qualquer época, para atender os interesses do Ensino.

Ora, se há problemas de falta de professores em determinados estabelecimentos escolares, por que a Secretaria de Educação e Cultura não propôs o preenchimento de tais vagas através de concurso em qualquer época do ano?

Porque precisaria de um instrumento leonino, como a remoção ex-offício, para transferir.

E eu pergunto: o que é que ganha um professor, com sua remoção de um estabelecimento para outro?

Não é justificável, portanto, a manutenção deste dispositivo.

E mais, ninguém poderá assegurar que o Governador do Estado não venha a vetar, se nós mantivermos no § único, do artigo 50, este dispositivo.

E aí onde é que está o proclamado direito que se arvora aqui dentro, de entrega ao professor, através deste dispositivo?

Por esta razão, Sr. Presidente, e com a mesma liberdade e sobretudo com a mesma personalidade, nós votaremos contra esse dispositivo, porque ele desserve aos interesses do Ensino, exatamente aos interesses que são do professor e são do aluno.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, creia V. Exa., quando defendia o § único, do artigo 50, estava cômico de que defendia, Sr. Presidente, interesses do professor.

Digo isso, Sr. Presidente, porque mesmo na Capital do Estado, observo, que para a cidade industrial estão se deslocando inúmeras famílias, dentro das quais existem abnegadas professoras lotadas em outros pontos da Capital.

E para demonstrar, Sr. Presidente, que era esta a intenção e nunca a de pretender sujeitar o professor a remoção ex-offício, tanto que no Estatuto anterior não abrigava a disposição acauteladora, como não abrigava a Mensagem oriunda do Poder Executivo.

Foi realmente uma conquista, Sr. Presidente, esta, a de se inserir aqui o § único com a anuência do Poder Executivo.

Mas para que não se interprete, Sr. Presidente, de maneira errônea o nosso comportamento, nós votaremos com a emenda se preciso, que é objeto de votação.

É uma demonstração, Sr. Presidente, de que em nenhum instante a nossa bancada pretendeu sujeitar o professor à vontade única do Executivo.

O que se pretendia era facilitar, Sr. Presidente, em época em que o ano letivo, fora do período dos concursos de remoção, facilitar as remoções, sempre diariamente, Sr. Presidente, solicitadas e tantas vezes permitidas pela própria autoridade competente.

Só para afirmar, Sr. Presidente, de que a bancada nesta emenda está à vontade para votar segundo sua consciência, porque sei que alguns dos Srs. Deputados têm pontos de vista firmado, eu votarei, Sr. Presidente, com a emenda proposta e consulto ao eminente Deputado Nilso Sguarezi se pretende validar a votação nominal especificamente para esta emenda, ou se com a anuência da nossa bancada em dar-lhe apoio, abrirá mão do privilégio que tem da votação nominal.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, parece ser coisa julgada já e o requerimento foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE — É o requerimento da Mesa, a não ser que houve aquiescência das duas bancadas, quer dizer, de todos os Deputados para que deixasse de se aceitar o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra V. Exa.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Já tivemos oportunidade de nos manifestar anteriormente, esclarecendo a nossa posição nas votações dessas emendas, na tarde de hoje.

E tivemos duas grandes surpresas, uma delas, foi de ver o nobre Deputado da bancada da ARENA, a quem muito

admiramos e respeitamos, nos qualificar de opositores sistemáticos; quando ele mesmo é testemunha de que em outras oportunidades tomamos atitudes que tomou a bancada da ARENA.

E outra surpresa é a seguinte: É a de ver que o eminente Líder do meu Partido, vem depois de entraves e discussões a respeito do item quarto, discutido no momento, concordar com a tese que tanto a ilustre bancada do MDB, como nós outros da ARENA já havíamos adotado desde o início, e muito antes desta sessão.

Porque quando este anteprojeto tramitou pelas comissões, já foi de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, uma emenda, que alterava por inteiro, o artigo 50.

E na emenda apresentada pelo nobre Deputado Accioly Neto, apenas constava o item 1 — “Por concurso” — item dois — “Por permuta” — Item três — “No caso de transferência ou remoção” do cônjuge”. E não constava o item quarto.

Por isso, é que nós gostaríamos de esclarecer, que a nossa posição supra-partidária neste momento, visa exatamente, a melhoria do Ensino em nosso Estado.

E como bem disse, o nobre Deputado Quielse, vinha sofrendo vários entraves do Governo.

Era só.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente. Diz a sabedoria popular que, “de bem intencionados o inferno está cheio”.

Por esta razão, faz muito bem, o Deputado Ivo Thomazoni, líder da ilustrada bancada da ARENA, quando decide evitar que o professor do Paraná, fique sem o mínimo instrumento de segurança, Capítulo das Remoções.

Mas, Sr. Presidente, quando o Deputado Enéas Faria, fazia o seu pronunciamento mais recente, o Deputado Quielse afirmou que havia pisado no seu calo.

E o Deputado Quielse não fez outra coisa a não ser defender a rejeição, do inciso quinto do artigo 32 do § único do artigo 33.

Mas, o Deputado se esquece - e eu estou aqui com o papel nas mãos das emendas das associações: Associação dos Professores do Paraná e da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, e em baixo estão relacionadas essas duas emendas.

Ora, a bancada do MDB, Sr. Presidente, elaborou o estudo do Estatuto do magistério, junto com as entidades representativas superiores dos professores de nosso Estado.

Se o Deputado Quielse Crisóstomo pisou no calo de alguém, foi, exatamente, no calo dos professores paranaenses, porque, a reivindicação é da classe, Sr. Presidente.

A reivindicação representa o interesse legítimo e justo dos professores do Paraná.

Já antevemos, Sr. Presidente, que a luta pelo Estatuto do Magistério vai prosseguir, lamentavelmente, porque, aqui, estão sendo deixadas de ser reconhecidas condições fundamentais da classe.

É lamentável e entristecedor quando se ouve justificativas como tais apresentadas pelo Líder da bancada da ARENA, pelo Deputado arenista que procurou jogar nos ombros dos professores do Rio Grande do Sul a responsabilidade do desastre econômico de seu Estado.

Não poderia haver justificativa mais oca, mais infantil... (A PRESIDÊNCIA DETERMINA A RETIRADA DAS EXPRESSÕES DITAS PELO ORADOR, A PEDIDO DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO).

Concluindo, Sr. Presidente, evidentemente que de “bem intencionados, o inferno está cheio”.

Entendo também, Sr. Presidente, que houvesse uma garantia, uma proteção, um salvo-conduto, ao professor, no assunto tocante à sua remoção.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, quero deixar registrada a lembrança de que no dia 2 de setembro do corrente ano, foi aprovado pelo Plenário deste Parlamento um requerimento de nossa lavra, pedindo ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, com base na Lei 6.174, para que se forme uma Comissão Especial adequada para promoção e acesso, como bem cabe ao caso em pauta, na discussão do mérito deste parágrafo.

Era só esta lembrança que queria fazer registrar e também lembrar que até agora o Sr. Secretário não se pronunciou a respeito.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria apenas de fazer alguns reparos e colocar bem a posição de nossa bancada.

Inicialmente, gostaria de dizer que não houve nenhuma emenda por nós apresentada, que não consultasse os interesses da classe dos professores, ou que não tivesse a prévia concordância e aprovação dos autênticos líderes da classe dos professores.

Com relação à remoção "ex-offício", quero parabenizar a ilustrada bancada da ARENA, pelo seu Líder, que houve por bem concordar com a emenda que Deputados do MDB e ARENA apresentaram, suprimindo o inciso quarto do artigo 50, parágrafo único do mesmo artigo.

Quero, todavia, registrar que a supressão desse dispositivo não permitirá ao Poder Executivo, no nosso entendimento, não permitirá que se recorra ao Estatuto dos Servidores Civis do Estado, para qualquer remoção "ex-offício" de qualquer professor.

O Deputado Muggiati Filho muito bem já observou que o artigo 26 da Constituição Estadual define, especifica, enumera taxativamente quais são essas leis complementares e distingue o Estatuto do Magistério do Estatuto dos Servidores Civis do Estado.

Suprimido esse inciso e parágrafo, conhecerá o Sr. Governador a intenção do legislador, de que não haja remoção "ex-offício" nem de um município para outro.

Entendo também que toda norma restritiva de direito deverá ser interpretada de forma limitativa.

Não poderá o Governo então, se não há permissão para qualquer remoção no interesse do ensino, lançar mão desse expediente.

Para que não ocorra e sei que não poderá ocorrer depois da aprovação do Estatuto nestes termos, a mesma injustiça, por exemplo, que ocorreu com professor no Paraná.

O professor Costa Fernandes, detentor de dois padrões no Estado, e removido arbitrariamente com um padrão para Curitiba, mantendo o outro em Londrina.

Única e exclusivamente, por desentendimento com o Reitor da Universidade de lá.

Para que esse fato não ocorra, neste dia, nesta oportunidade, o magistério paranaense, com a concordância do ilustre líder da ARENA, obtém uma grande vitória na votação do Estatuto do Magistério.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, quando encaminhei a votação do art. 50, estava certo de que se tratava do substitutivo, agora estou vendo que se trata da emenda.

Quero, neste instante, deixar registrada a minha posição.

Voto contra a emenda porquanto lutamos pela manutenção deste parágrafo, não obstante a posição de nosso Líder que irá votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. **Aprovada.** Prejudicada a votação do item IV do parágrafo único do artigo 50.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (LÊ O ARTIGO 51)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 51. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (LÊ O ARTIGO 51).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 52. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (LÊ O ARTIGO 53).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 53. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Título V - Dos Direitos, Vantagens, e Concessões.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Capítulo I. Encerrada a discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (LÊ O ARTIGO 54).

O SR. PRESIDENTE — A este artigo existem dois requerimentos, ambos de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. No primeiro requer destaque para o "caput" do art. 54 e no segundo requer destaque para o item VII, do art. 54. Em votação os requerimentos.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Para encaminhar a votação, destaque ao "caput" do artigo 54.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, entendemos que a colocação da expressão: para todos os efeitos legais que não estava prevista no anteprojeto original, infringe, frontalmente o princípio constitucional preceituado no artigo 76 da Constituição Estadual.

É por isto, Sr. Presidente, que entendemos que a redação dada ao mesmo artigo, do anteprojeto, nada mais é do que a obediência àquele texto constitucional, e o constante no artigo 128 da Lei 6.174 de 16 de novembro de 1970, também explicado pelo artigo 130 da mesma lei.

Assim, Sr. Presidente, por contrariar texto constitucional, entendamos deva ser suprimida para todos os efeitos legais, no "caput" deste artigo; para indagar de V. Exa. se posso fazer referência ao inciso sétimo do artigo 54 que é também objeto de emenda, ou se poderei falar sobre ele?

O SR. PRESIDENTE — Pode. V. Exa. está discutindo sobre o artigo.

O SR. IVO THOMAZONI — ... sobre o qual existe também uma emenda, Sr. Presidente.

O artigo sétimo do artigo 54, textualmente disciplina exercício de cargo na administração direta ou indireta, municipal, estadual ou federal.

Razão, Sr. Presidente, desta interferência para arguir a inconstitucionalidade das expressões ou da expressão "para todos os efeitos legais." é que nós solicitamos através de requerimento do Vice-Líder, Gilberto Carvalho, que V. Exa. desse destaque à votação do exercício de cargo do artigo 54, do anteprojeto de lei original.

As razões que desejava alinhar, Sr. Presidente, com fundamentação constitucional, também aplicada pela Lei 6.174, demonstram que não há nenhuma prevenção de se deixar de dar o que se pode dar, tão somente o respeito à Lei Maior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. na discussão, usou também uma Questão de Ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — A questão de Ordem estava baseada numa consulta, Sr. Presidente, se V. Exa. nos conferirá o direito de votarmos em destaque, o "caput" do artigo 54, do anteprojeto encaminhado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE — Se o projeto, o "caput" do artigo 54 for rejeitado pela Casa, será posto em votação o "Caput" do artigo 54, da mensagem original.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela Ordem, nobre Deputado.

O SR. ACCIOLY NETO — Não tem sido esta a orientação de V. Exa. em relação a outros dispositivos que foram rejeitados, e que não ficou mantido o dispositivo do projeto

original, porque não existe mais o projeto original.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). V. Exa. esquece que rejeitado o “caput” do artigo 54, deixa de existir todo o artigo.

O SR. ACCIOLY NETO — Eu não me esqueço, Sr. Presidente, quem está se esquecendo é quem propôs a questão.

O SR. PRESIDENTE — Porque rejeitado o “caput” do artigo 54 deixa de existir todo o artigo. Não podem permanecer os incisos.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu estaria, então, cometendo um erro, sem pretender cometê-lo. Eu retiro tudo o que disse quanto à inconstitucionalidade, quanto à ilegalidade da expressão “Para todos os efeitos legais”. Prefiro que a inconstitucionalidade e a sua ilegalidade sejam corrigidas através de veto governamental, para não privar o estatuto dos itens e parágrafos que estão alinhados.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Creio que deve estar havendo equívoco do Deputado Ivo Thomazoni. Quando se fala aqui “Para todos os efeitos legais”, se está dizendo que esses afastamentos previstos em todos os incisos do artigo 54 são aqueles que dão origem à contagem de tempo apenas para os efeitos previstos ou na Constituição ou na lei específica.

Não está ferindo nem a Constituição e nem a lei que regula a matéria. A citação do art. 76 é bem clara: O tempo de serviço público, federal, estadual e municipal, será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. Então aqui nós temos “para todos os efeitos legais”, que são os casos de aposentadoria e disponibilidade, tão somente. O Deputado Ivo Thomazoni está fazendo confusão. “Efeito legal” tem que estar ou na Constituição ou na lei. Então, não há razão dessa preocupação em pretender retirar o dispositivo por inconstitucionalidade, quando ela não existe.

O SR. PRESIDENTE — Será votado o requerimento do Deputado Gilberto Carvalho, que requer destaque para o “caput” do artigo 54.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não entendi a posição da Mesa. Rejeitado o “caput” do artigo 54, pretende V. Exa. revigorar o projeto original?

O SR. PRESIDENTE — Não. Pretendia a Mesa pôr em votação o artigo correspondente ao projeto original, para não prejudicar todos os incisos. Mas nós estamos colocando “o carro na frente dos bois”.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado Gilberto Carvalho, que requer destaque para o “caput” do art. 54. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento em destaque, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

Em votação o requerimento do Deputado Gilberto Carvalho, que requer destaque para o item 7 do art. 54.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Gilberto Carvalho foi aceito para destacar-se o artigo 54?

O SR. PRESIDENTE — O “caput” e mais o inciso 7.

O SR. OSVALDO MACEDO — Não há nenhuma emenda tratando dessa matéria?

O SR. PRESIDENTE — Não. Em votação o requerimento que requer destaque ao item 7 do art. 54. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

Em votação o “caput” do artigo 54. O Sr. 2º Secretário, vai ler novamente.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo).

O Sr. Gilberto Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para encaminhar a votação, V. Exa. com a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o motivo

de meu requerimento já foi exposto pelo Deputado Ivo Thomazoni e eu consulto, agora, a Mesa, se votado o “caput” do substitutivo do artigo 54, se rejeitado o substitutivo, nós vamos votar o original do artigo 54?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Presidência preferia ter primeiro uma solução da votação.

Vou responder, já respondi ao Deputado Accioly Neto. Não compreendeu o que quis dizer.

Na primeira discussão, o que foi votado e aprovado, foi a mensagem. Hoje, nós estamos votando um substitutivo geral, artigo por artigo. Isto aí, são, de fato, emendas; muitas são emendas ao projeto original.

De forma que, se for rejeitada a emenda, o “caput” do artigo 54, prevalece a votação original, porque a mensagem ainda existe. Deixa de existir à medida que são votados os artigos.

Mas, quando deixar de votar um artigo e, este artigo é um artigo da mensagem, volta a ser votado o original.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado.

Nestas condições, votaremos contra o “caput” do artigo 54 do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o “caput” do artigo 54. — **Aprovado.**

Em votação o inciso 7º do artigo 54. Será lido, novamente, pelo Sr. Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê inciso VII).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o inciso VII. — **Aprovado por maioria de votos.**

Em votação os demais incisos. — **Aprovados por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Capítulo II — DA ESTABILIDADE.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê artigo 55 e parágrafo único).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 55.

O Sr. Valter Pietrângelo — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Acaba de chegar um pedido de votação nominal para o artigo 55 ao qual não existem emendas.

O Sr. Deputado Valter Pietrângelo requer votação nominal para o artigo 55 do Estatuto do Magistério. Evidentemente, não é o Estatuto mas, o substitutivo geral.

Em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, o requerimento se refere ao artigo 54 e a matéria já está vencida. Então, retiro.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 55. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Capítulo III — DAS FÉRIAS.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê artigo 56).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 56. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo IV — DAS LICENÇAS.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê: Artigo 57).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo 5º. Direito de Petição.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 58).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 58. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo 6º. Das Disponibilidades.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. Em

votação o artigo 59. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo 7º. Da Aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 60).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Em votação. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo 8º — DO VENCIMENTO.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 61).

O SR. PRESIDENTE. — Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 62).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 62. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Artigo 63. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Artigo 64. Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 65).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 65. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 66).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 66. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 67).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 67. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 68).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 68. — **Aprovado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — Lê o artigo 69).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 69. — **Aprovado, por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê Capítulo IX — “Das Vantagens”)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo IX. Encerrada a discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 70).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 70. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê: Seção Única — “Das Gratificações”).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão a Seção Única. Encerrada a discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 71).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 71. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 72).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 72. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 73).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 73. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 74).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 74. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 75).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 75. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 76).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 76.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente.

Preliminarmente, data vênha, porque há despesa, entendemos que este artigo é inconstitucional, face ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual. Além do mais, Sr. Presidente, não há um só preceito que defina expressamente o que seja, exercício de atividade em alfabetização, sendo portanto, imprecisas, as incidências que poderão ocorrer. Mas, vou mais

além, Sr. Presidente, quando falo da inconstitucionalidade, me reporto ao fato de que estamos criando despesa da ordem de 30 milhões, 164 mil e 400 cruzeiros, anuais, se considerarmos que existem neste ano letivo de 1976, nada menos de 5.536 turmas de primeiras séries, no Estado do Paraná.

Pela inconstitucionalidade, Sr. Presidente, e principalmente por não podermos definir exatamente qual seria a conceituação que se pudesse dar, porque cria uma exceção, votaremos contra o artigo 76.

Era só.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente.

Este dispositivo é fruto de emenda que apresentei ao Projeto do Estatuto do Magistério.

Todavia, esta redação não era propriamente, a redação original da emenda que subscrevi.

De acordo com a emenda, eu pretendia incluir no artigo 10 — § 4º, Classe E, as seguintes expressões:

(Lê: Assim também considerada a professora...)

Isso após a redação já contida na Classe E — do referido dispositivo, que diz o seguinte:

“Pelo Pessoal do Magistério...”

E a justificativa que apresentei é a seguinte:

“A professora alfabetizadora, tem sem dúvida, a maior parcela de responsabilidade funcional, na formação da personalidade e do caráter da criança, sendo por isso, diretamente responsável pelo futuro da Nação, e cujo arejamento de mentalidade, dependerá do aceleração do desenvolvimento nacional.

O cunho imprimido pela alfabetizadora a seus alunos nos primórdios de sua existência, é o marco inicial de toda a estrutura psico-social do homem, futuramente encarregado dos destinos da comunidade.

Sem alfabetizadora consciente, não há condições humanas, para a formação de um contingente intelectual sadio, de que tanto precisam os governantes para projetar o País no concerto das Nações poderosamente desenvolvidas”.

Não vejo portanto, como alega o Deputado Ivo Thomazoni, dificuldade alguma, em localizar a área de atuação da professora alfabetizadora.

Não vejo dificuldade porque ela é, exatamente, a professora da qual não nos esquecemos, porque, do empenho dela, na alfabetização, é que muitos de nós consegue, inclusive, assinar o nome.

Por isso, tenho certeza que o Deputado Ivo Thomazoni não esqueceu sua alfabetizadora.

Quanto ao vício de inconstitucionalidade, me parece que o Deputado Ivo Thomazoni não só está tergiversando, como procura fazer um proselitismo que, absolutamente, não cabe aqui.

É muito simples; ele trouxe dados de uma situação atual, situação financeira. No entanto, estamos legislando um Estatuto para uma situação futura, mesmo porque não se conhece a tabela de pagamento que, com o Estatuto, não veio.

Portanto, não pode valer, para efeito de inconstitucionalidade dessa emenda o que o Líder do Governo alega. Porque, essa situação que vai se criar deverá, seguramente, ser regulamentada.

Portanto, não há inconstitucionalidade, o que há, me parece, é má vontade.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação).

Apenas para acrescentar ao que já foi dito sobre a matéria de que, na realidade, o que a Comissão, ao legislar o substitutivo, cogitou, juntamente com representantes da Secretaria de Educação, foi evitar cometer injustiça, e, incluir uns e deixar outros ao desamparo do Estatuto.

Nestas condições, a matéria, ora em discussão, mereceu

inteiro apoio, na sua tramitação, dentro da Comissão, por se entender que principalmente, a classe da professora alfabetizadora mereceria também, — como já no Estatuto — estímulos como há para determinadas classes do Magistério.

Nessas condições, quer nos parecer que um retrocesso, nessa altura, no seu todo do Estatuto, virá criar uma injustiça em relação aos demais que irão perceber as vantagens mantidas no Estatuto.

Por isso, mantemos nossa posição.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre esse artigo existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, que requer votação nominal.

Em discussão o requerimento. — **Rejeitado.**

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

24 Srs. Deputados aprovam, 22 rejeitam. — **Aprovado o requerimento.**

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovarem o artigo 76, responderão “sim” e os que rejeitarem responderão “não”.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Gabriel Sampaio - Sim; Del Ciel - Sim; Aguinaldo Pereira Lima - Não; Maurício Fruet - Sim; Fidelcino Tolentino - Sim; Leopoldo Jacomel - Não; Accioly Neto - Sim; Adalberto Daros - Sim; Alfredo Gulin - Não; Antônio Facci - Sim; Aragão de Mattos Leão - Sim; Basílio Zanusso - Não; Dácio Leonel -; David Federmann - Não; Domicio Scaramella - Sim; Edilson Alencar - Sim; Egon Pudell - Não; Enéas Faria - Sim; Ernesto Dal'Oglio - Sim; Ernesto Gnoato - Sim; Ezequias Losso - Não; Fabiano Braga Cortes - Não; Francisco Escorsin - Não; Fuad Nacli - Não; Gabriel Manoel - Não; Gilberto Carvalho - Não; Hélio Manfrinato - Sim; Ivan Rüppel - Não; Ivo Thomazoni - Não; Jayme Carvalho - Sim; João Cioni Neto -; José Scarpelini -; Jorge Sato - Sim; Jurandir Messias - Não; Lázaro Dumont - Não; Lineu Turra - Sim; Lúcio Machado - Sim; Luiz Alberto Oliveira - Sim; Luiz Carlos Zuk -; Luiz Roberto Soares - Não; Muggiati Filho - Sim; Nelson Buffara -; Nilso Sguarezi - Sim; Osvaldo Macedo - Sim; Otássio Pereira - Sim; Quielse Crisóstomo - Não; Rosário Pitelli - Não; Trajano Bastos - Sim; Valter Pietrângelo - Sim; Waldenício Barbalho -; Werner Wanderer - Não; Wilson Fortes - Não.

Votaram 25 Srs. Deputados, “sim”. Não há quorum regimental. — **Rejeitado.**

O SR. DEL CIEL — (Pela Ordem). Solicito que seja feita nova chamada, porque parece-me que chegaram mais Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Será feita nova chamada.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada novamente.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Dácio Leonel - Ausente; José Domingos Scarpelini - Ausente; João Cioni Netto - Ausente; Luiz Carlos Zuk - Sim.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). 26 Srs. Deputados votaram “sim”. Não há quorum regimental. — **Rejeitado o artigo 76.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 77).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, entendo que o artigo 77 dá liberalidade ao Poder Executivo para criar gratificações.

Por isto mesmo, Sr. Presidente, a matéria é redundante, pois se o Governador assim o entender poderá criá-las por Decreto, sem que expressamente se defina em lei.

Votaremos, Sr. Presidente, contra o art. 77.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o art.

77. — **Rejeitado.**

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Vai ser procedida a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo. Os Srs. Deputados que aprovam queiram se levantar. 23 Srs. Deputados votaram. Não há quorum regimental. — **Rejeitado o artigo 77.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 78)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 78. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Capítulo X — Auxílio Funeral.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo X - Auxílio Funeral. Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 79).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 79. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Capítulo XI — Das Distinções e Louvores.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo XI. Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 80).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 80. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 81).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 82).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Título VI — Do Regime Disciplinar.

Capítulo I — Das Acumulações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 83).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — Capítulo II — Dos Deveres e Proibições.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo II. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 84 e parágrafo único).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre o artigo 84, existem dois pedidos de destaque do Deputado Gilberto Carvalho.

Pede destaque de votação da letra “O”, do item II e da votação da letra “M”, do item II, do artigo 84.

Em votação o requerimento que requer destaque da letra “O”, do item II, do artigo 84. — **Aprovado.**

Em votação requerimento que requer destaque da letra “M”, do item II, do artigo 84. — **Aprovado.**

O Sr. 2º Secretário fará a leitura da letra “M”, do item II, do artigo 84.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê letra “M”).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Em votação.

O Sr. Gilberto Carvalho — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação tem a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pedimos destaque da letra “M” deste artigo, para nos pronunciar contrários à letra “M” do substitutivo e do original. Também, porque não pode ser impedido, o professor, de exercer comércio ou participar de atividades comerciais. O Estatuto do Funcionário Público não proíbe que o professor exerça atividade comercial.

Por esse motivo, votamos contrários à letra "M" do substitutivo e do original.

Sr. Presidente, como está no mesmo artigo, eu pergunto se poderia também encaminhar a votação da letra "O".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Como o seu requerimento destacou em dois requerimentos, teremos que colocar em votação, primeiro, a letra "M".

Os Srs. Deputados que aprovarem a letra "M", item II, do artigo 84, queiram conservar-se como estão. — **Rejeitada.**

Em votação a letra "O"...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar, Sr. Presidente). (Assentimento).

Sr. Presidente, com referência à letra "O", houve, eu não sei se foi erro de datilografia, deixaram de incluir "de empresa", por este motivo, nós votamos contrários a letra "O", pelo seguinte parecer:

Enquanto na inatividade de Diretoria, Gerência, Administração, Conselho Técnico ou Administrativo da Empresa, deixou de constar a palavra de empresa no substitutivo, por isto nós votamos contra a letra "O" no substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação a letra "O" item 2º, do artigo 84. — **Rejeitada a letra "O".**

A Mesa colocará agora, em votação, o item correspondente à Mensagem original. Não colocou a letra "M" porque a letra "B" inclusive pedia o que dizia o substitutivo. Entretanto, na letra "O" é diverso. Nestas condições se colocará em votação a letra "O" item "2º" do artigo 84 do projeto original — **Aprovado.**

Em votação o artigo e os demais itens. -- **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — Capítulo III — Do Aperfeiçoamento e Especialização.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão o Capítulo III.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 85).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 86).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 86. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 87).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 87. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 88).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 89).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 89. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 90).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 90. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 91).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 91. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo IV — Das Responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE — Capítulo IV. Em discussão. Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 92).

O SR. PRESIDENTE — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Capítulo V — Das Penalidades.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 93).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Título VII — Da Ação Disciplinar.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.

O Sr. Gilberto Carvalho — Sr. Presidente. Para não prejudicar,

porque na Redação Final apresentaremos a emenda que aí é título e não Capítulo.

O SR. PRESIDENTE — Exato. O título aqui seria o 7.

Como também na redação do artigo 96, que fala "penas" em vez de "pena".

Capítulo I. — Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 94).

O SR. PRESIDENTE — **Aprovado o artigo 94 por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Seção I. — Da Composição e do Mandato.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 95).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 95. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 96).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 96. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 97).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 97. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 98).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 98. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — Seção II — Da Competência.

O SR. PRESIDENTE — Discussão encerrada.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 99).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 99. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 100).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 100. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê Seção III — DA ADMINISTRAÇÃO).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em discussão a Seção III. Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 101).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 101. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 102).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 102. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 103).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). — Em votação o artigo 103. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 104).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 104. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 104).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 104. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 105).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 105. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê: Título VIII — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Título VIII. — Encerrada a discussão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 106).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 106. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 107).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 107. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 108).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo 108. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 109).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o artigo

109. — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 110).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre este artigo existe requerimento do Deputado Valter Pietrângelo que requer destaque da letra “D” do artigo 110, que será lido pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 110 - Letra “D”).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Será votado a letra “D” do artigo 110.

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. —

Aprovado.

Em votação o artigo e as demais letras. — **Aprovado.**

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente.

Pedimos destaque, porque o interesse do magistério, no nosso modo de entender, é que esta regulamentação continue sendo presidida, evidentemente, pela legislação já em vigor.

Isso aqui poderá dar à Secretaria de Recursos Humanos condições para que aquela Secretaria discipline a seu bel prazer, as soluções e acumulações decorrentes da aplicação deste Estatuto, que será evidentemente, uma arma possante nas mãos daquela autoridade, o que deve, efetivamente, ser evitado.

É para isso que nós pedimos aos companheiros, que votem pela anulação desta letra “D” — defendendo evidentemente, o interesse do professor.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a letra “d” do artigo 110. — **Rejeitado.**

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos atender a verificação de votação, pedida pelo ilustre líder.

Os Senhores Deputados que aprovam a letra “d” do artigo 110 — queiram levantar-se.

25 Srs. Deputados aprovam, não há quorum para a aprovação. — **Rejeitada a letra “d” do artigo 110.**

Em votação o artigo e as demais letras. — **Aprovados por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 111).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 111. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 112).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 112. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 113).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 113. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o artigo 114).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 114.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V.

Exa. está colocando em votação o artigo 114 e seu parágrafo único?

O SR. PRESIDENTE — Sim.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu me permito pedir destaque para esse parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE — Existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho pedindo destaque para o parágrafo único do artigo 114.

Nessas condições, a Mesa coloca em votação o parágrafo único do artigo 114, que será lido pelo Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê o parágrafo único do artigo 114).

O SR. OSVALDO MACEDO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, há uma emenda apresentada por vários Deputados que trata de regime de carga-horária, matéria abordada pelo parágrafo único do artigo 114. Essa emenda propõe que se inclua, onde couber, a regulamentação da carga-horária.

Portanto, a matéria é pertinente a esse parágrafo.

O SR. PRESIDENTE — Na emenda não cita onde deverá a mesma ser incluída.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente,

no artigo 114 não cabe essa emenda.

O SR. PRESIDENTE — A emenda será votada. Se fôr aprovada ela será incluída onde fôr pertinente, já que não há indicação, na emenda, onde a mesma deverá ser incluída.

(A emenda apresentada é a seguinte:) (Lê):

EMENDA

Ao Projeto de Lei nº 186/76

Seja incluído nas Disposições Transitórias o seguinte artigo:

“Art. — Fica facultado aos atuais Professores ou Especialistas de Educação efetivos, optarem ou não pelo Regime de Trabalho compatível com sua carga horária semanal, do Anexo I-C do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo único — Aos professores atuais que possuem dois (2) padrões, é facultado optarem por dois (2) Regimes de Trabalho ou por apenas um (01) quando permanecer com um (01) dos “padrões”, obedecida sempre a carga horária máxima semanal”.

JUSTIFICATIVA:

Será dada a necessária tranquilidade aos professores que não quiserem optar pelos novos regimes, embora tenham direitos adquiridos.”

O SR. PRESIDENTE — Em votação requerimento do Deputado Gilberto Carvalho, que requer destaque para o artigo 114.

Em votação. — **Aprovado.**

Em votação o parágrafo único do artigo 114. Em votação. — **Rejeitado.**

Em votação o artigo 114. — **Aprovado por unanimidade.**

Artigo 115 (lido pelo Sr. 2º Secretário). Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Artigo 116. (lido pelo Sr. 2º Secretário). Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Artigo 117. (lido pelo Sr. 2º Secretário). Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Artigo 118. Existe requerimento do Deputado Gilberto Carvalho pedindo destaque para o “caput” do artigo 118.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Existe ainda um requerimento de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que pede destaque para a emenda que dá nova redação ao artigo 118. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, o requerimento solicita destaque para que matéria?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para a emenda reva-
lidada ao artigo 118, que será lida pelo Sr. 2º Secretário.
— (É lida a emenda).

“EMENDA

O parágrafo único do Artigo 118, será transformada em artigos, nos seguintes termos:

“Art. — Até que se processe o provimento dos cargos de Pessoal Especialista, as nomeações e designações para encargo de Delegacia, Inspetoria, Direção, Secretariado, Assessoramento, Técnico dos Estabelecimentos de Ensino continuarão a ser feitos pela autoridade competente, de acordo com a legislação anterior, seguida com as modificações nesta Lei.

§ 1º — Onde e quando não houver diretor de carreira, o diretor de estabelecimento de ensino será indicado por lista tríplice elaborada pelos Professores e Especialistas de Educação do Estabelecimento de Ensino, complexo escolar ou centro inter-scolar, tendo prioridade para preencher a função os licenciados em Pedagogia, com habilitação específica de Administração Escolar, com plena duração, pós-graduação ou curta duração.

§ 2º — Até sessenta (60) dias após a elaboração da lista tríplice, o Secretário de Estado da Educação e da Cultura designará um dos três nomes, para mandato de três (03) anos.”

JUSTIFICATIVA:

Introduzir-se-á a lista tríplice para a indicação de diretor somente enquanto não houver diretor de carreira. O Projeto não

prevê nada a respeito, com clareza. O diretor de carreira é imposição da Lei 5692/71. A Lista Tríplice, na falta do profissional habilitado, é o meio mais eficiente e justo de se preencher tão importante função”.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, havíamos apoiado o requerimento que solicita destaque para o “caput” do art. 118. Permanece a preferência já aprovada pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Perfeitamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lendo): “O art. 118 passa a ter a seguinte redação...”

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, a indagação é a seguinte:

Desejava saber se a presente emenda foi objeto de deliberação da Comissão Especial, redigida como está. Quer me parecer, pois tenho acompanhado os trabalhos da Comissão Especial, que não tive conhecimento de sua redação na forma em que está posta e que tenha sido apresentada à época em que se abriu, nesta Casa, prazo para a apresentação de emendas.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai verificar, motivo porque suspende a sessão por cinco minutos.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está reaberta a sessão. Emenda ao Artigo 118, emenda substitutiva que será lida pelo Sr. 1.º Secretário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê a redação do Artigo 118.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que será lido pelo 1.º Secretário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Eu declino deste requerimento, e solicito a V. Exa. que deixe fora de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Retirado pelo autor. A emenda que agora foi lida, será posta em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, tem a palavra o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com referência a esta emenda, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa só lembra aos Srs. Deputados que esta emenda tem preferência por ser uma emenda substitutiva, terá que ser votada antes do “caput” do artigo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. No substitutivo pretendíamos tirar o “mediante concurso”, porque, no projeto original, não consta mediante concurso. Mas a argumentação de professores, onde diz será permitido a admissão, constou na emenda “serão admitidos” e, eu acho que dá na mesma e por isto, votaremos favoravelmente a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Os Srs. Deputados que aprovam esta emenda queiram conservar-se como estão. **Aprovado** e portanto modificado o “caput” do art. 118.

Existe ainda a esta emenda, uma Emenda aditiva que será lida pelo 1.º Secretário. Aditiva ao Parágrafo Único do artigo 118, que é substitutiva também.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a emenda:)

“O Art. 118 passa a ter a seguinte redação:

“NA FALTA DE PESSOAL ESTATUTÁRIO EM NÚMERO SUFICIENTE, PROFESSORES E ESPECIALISTAS SERÃO ADMITIDOS SOB O REGIME DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, para encaminhar.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pretendo

que este parágrafo único, fosse transformado em artigo. Nós sempre defendemos, já publicamente, numa reunião de professores, em Maringá, a lista tríplice. E venho dialogando junto ao Poder Executivo para que também mantenha a lista tríplice. Com esta emenda foi acrescentado mais um parágrafo, e que dá prazo, que já modificou um pouco. Nós votaremos favoravelmente a esta emenda, mas sem a responsabilidade de continuar fazendo a defesa como fiz até agora.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente.

Realmente, houve um entendimento de alto nível, com representantes da Associação dos Professores, com a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, para que transformássemos o parágrafo único do artigo 118 em artigo próprio, acrescentando-se parágrafos.

Tenho para comigo, Sr. Presidente, que estamos todos hoje, de cabeça quente porque há algumas noites e alguns dias, nós estamos assoberbados com a atividade parlamentar.

Quer me parecer, Sr. Presidente, que à noite ou amanhã, antes da sessão, teríamos que voltar ao contato com os representantes dos professores, para discutirmos só uma expressão contida no artigo 118, que foi alterada a sua redação.

Porque, quer me parecer, que se ensejou, ao Governador, que feche o Quadro, com o pessoal Estatutário, porque na redação que se deu agora, se excluiu a expressão “será permitida”, para “será feita mediante contratação pela CLT”. Tenho receio, que o Governo use desta faculdade para não realizar concursos e só preencher os cargos através da CLT. Parece-me que não é o que a classe dos professores pretende.

Mas, Sr. Presidente, como nós teremos amanhã mais uma votação para as alterações processadas hoje — porque a matéria deve merecer duas votações — teremos ensejo de voltarmos em altos termos em benefício da classe, para falarmos sobre este detalhe, Sr. Presidente.

Votaremos favoravelmente, como disse o Deputado Gilberto Carvalho, à emenda que é objeto de deliberação.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. pretende modificar a redação que foi votada hoje, amanhã?

O SR. IVO THOMAZONI — Não, Sr. Presidente, mas a voltarmos a analisar uma das emendas amanhã, quando será objeto de 2.ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda que transforma o parágrafo único do artigo 118 em artigo separado. Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. **Aprovado.** Em consequência, prejudicado o parágrafo único.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 119).

O SR. PRESIDENTE — Existe sobre a mesa, o requerimento do Deputado Mattos Leão, nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, **VOTAÇÃO NOMINAL** para os Artigos 119, 121, 122”

Em

votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, o artigo 119 e 120...

O SR. PRESIDENTE — Artigos 119, 121 e 122.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Os artigos 119 e 120 foram uma conquista da classe, que não constava na mensagem original.

Não vejo porque votação nominal para esses dois artigos, quando eu entendo que tanto a bancada da ARENA quanto a do MDB votarão favoravelmente aos artigos 119 e 120.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, considerando as ponderações dos Deputados Gilberto Carvalho e Ivo Thomazoni, eu gostaria que fosse retirado nosso requerimento, no que se refere ao artigo 119, mantendo-o para os artigos 120 e 122.

O SR. PRESIDENTE — Retirado.

Será suspensa a votação, para ser votado por ocasião da votação do art. 121. Em votação o art. 119. Os Srs. Deputados que aprovam o art. 119 queiram conservar-se como estão. — **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o art. 120.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 120 — **Aprovado.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Lê o art. 121.

O SR. PRESIDENTE — Sobre este artigo existe o requerimento, já lido, do Deputado Aragão de Mattos Leão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão — **Rejeitado.**

Em votação o artigo 121.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação V. Exa. com a palavra.

O SR. IVO THOMAZONI — Um rápido comentário, Sr. Presidente.

Como o Conselheiro Estadual da Educação não percebe remuneração símbolo 1C, o previsto neste substitutivo, data vênua, infringe o disposto no parágrafo segundo do artigo 75 da Constituição Estadual.

Nada mais a acrescentar.

Votaremos contra, por considerar inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 121.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, com a palavra V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente.

A emenda que está, isto é, o dispositivo que está em votação, é fruto de uma emenda de minha lavra, que conseguiu aprovação na Comissão Especial. Mas, não fui só eu o autor da emenda neste sentido.

Outros Srs. Deputados também apresentaram emendas ao projeto, visando propiciar ao Conselheiro Estadual de Educação, uma vantagem pelo exercício de tal cargo.

O Deputado Ivo Thomazoni, mais uma vez, vê mal. Pretende se estribar em dispositivo que, data vênua, não se refere à matéria. Só poderia ocorrer a aposentadoria do professor especialista em educação que tiver exercido o cargo de Conselheiro Estadual de Educação, no seu cargo efetivo, qual seja, o de professor especialista em educação. Não se aposenta como Conselheiro Estadual de Educação; daí o engano que incorre o eminente Líder da Governadoria. Além disto, razões de vários matices estão a justificar esta emenda, entre as quais, o próprio Estatuto se encarrega de dispositivos que regulam a matéria, de definir que a atribuição do professor, do especialista em educação, que exerce a função de Conselheiro do Magistério, contribua com serviços públicos relevantes. Em escala superior a essa, se encontra, exatamente, a figura do Conselheiro Estadual de Educação.

A rigor técnico, o Conselheiro Estadual de Educação é um legislador em termos normativos de todo Sistema Educacional do Estado do Paraná.

Ora, se ao funcionário público comum que exercer, eventualmente, cargos em comissão, é permitido que na sua aposentadoria ele leve a função gratificada ou símbolo, o que foi remunerado pelo exercício de tal atividade, não se compreende que o Estatuto do Magistério não dispense idêntico tratamento ao professor especialista em educação. Não há, absolutamente, nenhuma inconstitucionalidade.

Não vejo portanto, porque razão se deva votar contra tal dispositivo, até porque, me permito revelar, foi o próprio Deputado Ivo Thomazoni que pediu que estudasse esta matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 121. **Rejeitado.**

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Será procedida verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o artigo 121, queiram levantar-se. Vinte e oito Srs. Deputados aprovam. **Aprovado o artigo 121.**

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê artigo 122).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o artigo 122. — **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente.

Inicialmente, sem qualquer alusão que possa ferir melindres, solicito que a Mesa estude a possibilidade de instalar um Gabinete para a Liderança da Governadoria, primeiro porque tenho, na humildade de minha representatividade parlamentar, procurado falar em nome da liderança do meu Partido, a Arena que, honrosamente procuro desempenhar, Sr. Presidente.

Não conheço nenhuma Liderança de Governadoria, conheço Liderança de Governo, se não estivesse eu a encarná-lo aqui, qualquer outro dos meus eminentes Pares estaria representando. Desde que existe Parlamento e que me conheço na condição de representante do povo, sempre existiram aqui Líderes do Governo, que têm a missão quase antipática de também defender a administração que a administração é feita em favor do povo.

Não aceito, portanto, Sr. Presidente, que com jocosidade pretendam me colocar no ridículo nesta Casa. O respeito que devoto ao inteligente, ao eminente Deputado Accioly Neto, me permite que lhe faça um apelo nesta hora, um apelo que faço na minha pequenez às alturas de sua inteligência para que procuremos manter um nível alto o tratamento que nós sempre nos dispensamos, tratamento, amizade, companheirismo, que sempre procurei dispensar a S. Exa.

Sr. Presidente, o Artigo 122 volto a bater na mesma tecla: no caso do 121, Sr. Presidente, se vetado e derrubado o veto nesta Casa, o eminente Parlamentar, Professor de Direito, sabe, porque conhece a lei, ensinará ao Executivo mandado de segurança porque inconstitucional, porque cria despesa, porque abriga um privilégio que o Poder Legislativo, infelizmente não tem, o privilégio de legislar. O artigo 122, como dizia, também previsto neste artigo do substitutivo, se vigorar, não encontra guarida em substitutivo legal algum, pois a legislação do servidor público não permite desvio de função. Veja-se o artigo 63 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, vigente.

O princípio pretendido determinará precedente prejudicial à administração pública estadual, pois o que este preceito pretende é uma fórmula de acesso não condizente com os dispositivos do próprio Estatuto e também da Lei 6174.

Sei, Sr. Presidente, que não tenho podido me fazer entender. Mas continuo, Sr. Presidente, na minha missão de dizer o porque que nós, da bancada da Aliança Renovadora Nacional, que fomos eleitos na sigla da Arena, temos procurado fazer com o nosso comportamento de homens de Partido, seguindo a uma linha que nos propusemos perante o nosso eleitor, defendê-lo aqui.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a palavra.

P SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra V. Exa. para encaminhar a votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eu obviamente não vou falar mais sobre isso, mas o que não se pode admitir é que se pretenda utilizar uma argumentação de dois pesos e duas medidas. Nós aprovamos o artigo 119, que foi reverenciado com uma grande conquista da classe. E agora, se opõem ao artigo 122, que, dadas situações peculiares é a mesmíssima coisa no que trata de equiparação.

Sobre o pressuposto de que fere disposição legal relativa a desvio da função, é fácil de verificar que o que se pretende pelo dispositivo é assegurar aos ocupantes de cargos efetivos

da Secretaria de Educação e Cultura, lotados em estabelecimentos de ensino do Estado, que na data da publicação desta Lei, contarem com dois anos, pelo menos, de exercício comprovado de magistério.

Não se está desviando ninguém da função. O que se está procurando é compatibilizar pessoas atualmente desviadas da função, com as novas situações decorrentes do Estatuto do Magistério. Para tanto, não ficou a justificativa fora de parâmetros legais. Pode ter refugio à linha de atuação do Partido, mas não refoge à lei. E, acima do Partido, está a lei. E ao bom legislador não importam os Partidos ante o primado da lei. Se não me engano juramos aqui defender a Constituição e honrá-la. E a Constituição implica no ordenamento jurídico também.

Senão vejamos: (Lê): "A Lei 5692, de 11/08/71, que fixou novas diretrizes e bases para o ensino de 1.^o e 2.^o graus, e deu outras providências, dispôs, em seu artigo 77, o seguinte:

"Art. 77 — Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender as necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:

a) no ensino de 1.^o grau, até a 8.^a série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível de 4.^a série do 2.^o grau;

b) no ensino de 1.^o grau, até a 6.^a série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3.^a série do 2.^o grau".

Portanto, a própria Lei de Diretrizes e Bases, foi quem autorizou a possibilidade de que aqueles que não fossem ocupantes especificamente da carreira do magistério passassem a exercê-la, obedecendo tais condições já lidas.

E mais. (Lê): "por outro lado, segundo o disposto no artigo 30, da prealudida Lei Federal 5692/71, exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) no ensino de 1.^o grau, da 1.^a à 4.^a série, habilitação específica de 2.^o grau;

b) no ensino de 1.^o grau, da 1.^a à 8.^a série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1.^o grau obtida em curso de curta duração;

c) em todo o ensino de 1.^o e 2.^o graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena".

Quem tiver o cuidado de ler a redação que a emenda dá ao artigo 122, verificará que a equiparação proposta está exatamente dentro dos limites estreitos da Lei de Diretrizes e Bases.

E como o objetivo do Estatuto do Magistério, o equacionamento geral de inúmeras medidas de ordem prática, para uma verdadeira democratização educacional e ajustamento de situações de professores que estiveram no exercício do magistério, em razão do disposto no artigo 77, da Lei 5692, é a emenda, medida de elevado alcance social e sobretudo, moralizadora.

Na verdade, a preocupação dominante, é o aproveitamento básico das potencialidades individuais, abrir este caminho para o desenvolvimento de recursos humanos na escala social, através da colocação do Professor na posição que faz jus. Para que o Estatuto do Magistério responda plenamente aos propósitos do ensino, necessita o projeto de lei, de aperfeiçoamento, com o objetivo de maior rendimento tanto em termos de quantidade como de qualidade".

Estas foram em síntese, as argumentações que alinharei por ocasião da apresentação da emenda.

E esta mesma emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sofreu o crivo técnico de funcionários da Secretaria de Educação e Cultura, que acompanharam os trabalhos da Comissão Especial. Em momento algum, elas opuseram qualquer restrição de ordem legal, qualquer restrição de ordem técnica ao propósito configurado neste artigo 122, fruto da emenda.

Não há porque, ainda uma vez, que se votar contra um

dispositivo que tem tal alcance.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o artigo 122. — Rejeitado.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Vai ser procedida a verificação de votação solicitada.

Os Srs. Deputados que aprovam o Art. 122, queiram conservar-se como estão. 27 Srs. Deputados aprovam a emenda. — Está rejeitada por falta de quorum.

O SR. SECRETÁRIO (Lê artigo 123)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 123 — **Aprovado por unanimidade.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê artigo 124).

P SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 124.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente.

A nosso ver, o que se pretende atingir com a redação do artigo 124, já está previsto no artigo 123. Trata dos atuais professores efetivos do Ensino Médio, concursados, não detentores de diploma de curso superior, na época do concurso.

Esta é a razão pela qual, eu votarei contra este artigo 124.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente.

O que pretende o artigo 124 encampado pela Comissão Especial, analisado pelos técnicos da Secretaria de Educação, passado no crivo do Poder Executivo que agora recebe pela Liderança do Governo sua rejeição.

Pretende fazer justiça, pretende dar uma condição, assegurar uma condição que já vem sendo mantida por um determinado grupo de professores.

No ano de 1951, alguns professores que já lecionavam, submeteram-se a concurso para lecionar 2.^o grau completo.

No ano de 1951, pequeno grupo de professores, sujeitando-se às normas e às exigências impostas pela legislação da época, fizeram concurso e se habilitaram.

Desde lá, até hoje, decorridos portanto mais de 25 anos, esses professores se adaptando às exigências do Governo, se adaptando aos requisitos da administração, vieram lecionando o segundo grau completo; lecionando no topo do Magistério, pretende-se agora, enquadrá-los abaixo de onde deveriam estar; enquadrá-los na tabela proposta pelo Governo do Estado.

Vejam, Sr. Presidente, vejam, Srs. Deputados, fruto também de emenda nossa, consta nesse substitutivo, o enquadramento para professores profissionais e mais tarde nomeados para professores agrícolas.

Os professores profissionais, a quem devoto todo respeito, toda admiração, na verdade, constituem a classe que nós, em nossos tempos de colégio, conhecíamos como "professores de trabalhos manuais". Onde foram eles enquadrados? No nível 3, com a benevolência da bancada governista.

Parece-me que não seria justo se enquadrar à revelia, se nivelar o professor de trabalhos manuais com aqueles que vêm lecionando no segundo grau completo, portanto, no topo, no ápice do Magistério.

Por isso, a emenda proposta na Comissão; por isso, a Comissão deu guarida; por isso, a juntada ao corpo do substitutivo.

Estranha a atitude que, hoje, adota a Liderança governista da Casa.

Venho, Sr. Presidente, com estes esclarecimentos, pedir que se faça justiça, pedir que se mantenha a esse pequeno grupo de professores, a situação que, até hoje, usufruíram, a situação em que, até hoje, estão evitando, inclusive, onerosos procedimentos posteriores.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o art. 124. Rejeitado.

O SR. ENÉAS FÁRIA — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

(É feita a verificação).

O SR. PRESIDENTE — 28 Srs. Deputados aprovam. **Aprovado o artigo 124.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê artigo 125)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 125. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê artigo 126).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 126. — **Aprovado.**

O SR. SECRETÁRIO — (Lê artigo 127)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a votação desse artigo a fim de que sejam votadas as emendas que deverão ser encaixadas nas disposições finais.

A Emenda número 17 será lida pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para conferir comportamento dos Srs. Parlamentares, companheiros nossos de bancada, que votaram inconscientemente artigos cuja orientação diverge do voto consciente dos Srs. Deputados. Porque asseguravam que aquelas emendas haviam recebido o mesmo acolhimento na Comissão Especial que as analisou.

Para que me esclareça, as emendas objeto de deliberação deste Plenário, serão lidas e colocadas à consideração do Plenário, foram, como prevê o item da tramitação desta matéria, objeto de deliberação pela Comissão Especial e, tendo sido, receberam parecer contrário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Será lida a primeira emenda pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lendo):

EMENDA N.º 17 AO PROJETO DE LEI N.º 186/75

Todos os artigos e parágrafos da Lei 6174/70, a que o projeto remete devem ser integralmente transcritos nos locais onde houver a remissão, ficando, dessa forma, incorporados ao Estatuto. Tal foi o procedimento adotado na emenda número 17.

JUSTIFICATIVA:

a) somente o magistério tem Estatuto próprio por exigência da Constituição Estadual (parágrafo único do art. 138); em decorrência disso, suas normas devem ser desvinculadas das normas de outros Estatutos.

b) contraria a técnica jurídica a citação de outros artigos, ou de artigos de outras leis, e não a sua transcrição.

c) uma regulamentação que hoje é adequada ao funcionalismo público em geral e ao magistério em particular, poderá amanhã ser adequada apenas a esta classe. Então, a modificação do Estatuto dos Funcionários Públicos não implicaria em modificação automática do Estatuto do Magistério”.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta emenda apresentada por Deputados de ambas as bancadas, houve por bem consultar os interesses dos professores. Justifica-se da seguinte forma. (Lê): “Somente o magistério tem Estatuto próprio por exigência da Constituição Estadual. Em decorrência disso...”

Então, a modificação do Estatuto do Funcionalismo Público não implicaria em modificação automática do Estatuto do Magistério, tendo em vista, a necessidade de uma consulta à lei, serem os artigos referidos conhecidos de quem dela tiver necessidade de fazer essa consulta.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. Rejeitada.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Será procedida a verificação.

25 Srs. Deputados aprovam. Rejeitada, por não haver quorum regimental, para aprovação.

Emenda aditiva será lida pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lendo):

EMENDA N.º 17 AO PROJETO DE LEI N.º 186/75

Acrescente-se onde couber, um capítulo: “Dos Regimes de Trabalho do Quadro Próprio do Magistério”. Esse capítulo deverá ter seis (06) artigos, que são os de número 16 a 21 da emenda número 17.

Em decorrência acrescente-se ao Projeto o Anexo I-C, na forma proposta na emenda número 17.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

JUSTIFICATIVA:

a) Como extinguir, por exemplo, as aulas extraordinárias de estabelecimentos de ensino que comportam somente o primeiro ou o segundo grau, e com poucos alunos? Em muitas disciplinas, e isso é notório, é impossível obter 22 aulas semanais, mesmo que o professor ministre duas ou três disciplinas diferentes. O Estado irá remunerar por 22 aulas a quem ministra apenas dez aulas?

b) Por que o professor deve trabalhar 44 horas semanais, se todos os demais funcionários públicos trabalham no máximo 40 horas por semana?

c) Alegam as técnicas da SEEC que haveria discriminação em se adotando o regime de 14 horas, uma vez que o professor primário não teria condições de optar por este regime. O argumento improcede. Obviamente a própria natureza do ensino da 1ª à 4ª série do 1º grau exige que o professor primário permaneça com a mesma carga horária que hoje cumpre. O professor primário, portanto, não pode optar pelo regime de 14 horas mas poderá assumir, além do regime das 24 horas, mais de 14, se for licenciado. Estamos prevendo também o tempo de permanência remunerada, e que a remuneração é proporcional à carga horária. A discriminação ocorreria se a remuneração por 14 horas fosse igual à remuneração por 24, ou 22.

d) Alegam também as técnicas da SEEC, que o Estado não teria condições de controlar tantos regimes. Ora, se o Estado consegue controlar atualmente e há tantos anos, regimes de trabalho de professores que ministram 2, 3, 4, 5, 10, 20, 44 ou outro número de aulas semanais, por que não conseguiria o controle de apenas quatro regimes?

e) Quantas professoras (e elas são a maioria no magistério), só poderão assumir o regime de 14 horas semanais, devido à família, ao seu estado físico, à preocupação de bem cumprir o dever, ou por outros motivos igualmente relevantes?

f) O magistério é uma profissão “sui generis” e para muitos profissionais, a preparação de aulas é altamente morosa e cansativa, sobretudo no início da carreira.

g) Também não procedem os argumentos de que tão poucas horas de trabalho fogem à profissionalização. Profissionalizar o professor não é imolá-lo na sala de aula com excessiva carga horária. É permitir, ante as peculiaridades da profissão, que cada um possa cumprir o seu papel. Uns o cumprirão assumindo 40 horas, por serem experientes e ainda jovens; outros, assumindo 30 ou 24 horas, por estarem já um tanto cansados; outros, assumindo 14 horas, ante a inexperiência, o cansaço maior, ou a preocupação em bem cumprir seu dever sem prejuízo para outros interesses relevantes. Profissionalizar é permitir que o professor ministre as disciplinas para as quais está habilitado.

h) Muitos professores necessitarão de tempo especial para cursos de aperfeiçoamento, especialização, estudos adicionais, etc., a chamada “educação permanente” pela Lei 5692/71. O regime de 14 horas seria, então, o ideal para tais professores.

i) Quanto ao anexo IC, contribui para maior clareza na compreensão dos Regimes de Trabalho”.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Sr. 2.º Secretário irá proceder a leitura dos artigos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê os artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Como todos os artigos estão interligados, esta Presidência colocará em votação a emenda.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em defesa desta emenda, temos a dizer que estranhemos não constar no substitutivo geral aprovado, qualquer título referente ao Regime de Trabalho. Esta, sem dúvida alguma, é uma das partes mais importantes do Estatuto.

Para exemplificar tenho a dizer que o Estatuto do Rio Grande do Sul dedica um título completo ao regime de trabalho. No Rio Grande do Sul existem dois regimes de trabalho: 22 horas semanais e 44 horas semanais. Além disso o art. 119 daquele Estatuto beneficia as pessoas de mais idade e que pertençam ao Magistério Público Estadual.

O Art. 119 do Estatuto do Magistério do Rio Grande do Sul, diz: "O professor poderá a pedido, ter número de horas-aulas semanais reduzidas progressivamente em função da idade e do tempo de efetivo exercício no Magistério Público Estadual".

De outra maneira, é o que se pretende com a emenda a um de seus artigos de nosso Estatuto.

No nosso, tanto o projeto de lei, como no substitutivo geral, são, praticamente, omissos, no que diz respeito a regimes de trabalho, pois estabelecem apenas um número de aulas semanais, apenas o regime de 22 horas.

E, sobre isto, é bom que se leia o Decreto 71244, que regulamentou, estabeleceu as normas para auxílio federal e que, no seu artigo primeiro, na letra G, estabeleceu as normas para auxílio federal.

Normas sobre o regime e o campo de aplicação, conceitos que definem o pessoal do Magistério e suas atividades, direitos e vantagens especiais de carreira do Magistério, incluindo promoção, acesso e regimes de trabalho. Portanto, no plural.

Enquanto que, no substitutivo geral, temos apenas um regime de trabalho e, repito, este Decreto Federal, que dá as normas para auxílio federal, de número 72 244, fala em regimes de trabalho.

Por isto, já oportunidade de que se estabeleça não apenas um regime, mas, conforme o proposto, ainda quatro regimes.

Ainda, como exemplo, temos no Estado do Piauí, 4 regimes de trabalho. Temos, na Prefeitura de Curitiba, apenas um regime, mas com horas-aula de, no máximo, 18. E seis de atividade pedagógica. Não diz o substitutivo geral a que se dedicarão as 22 horas constantes do anexo. Como exemplo ainda, temos o ensino superior, onde existem 3 regimes de trabalho: regime de 12, de 20 e de 40 horas, sendo que o de 40 horas é de tempo integral e dedicação exclusiva.

Nos parece também, e isto foi longamente debatido, por ocasião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os problemas relacionados com a Educação, que 44 horas, que seria o caso de dois padrões, influísse no dispositivo da CLT, pois pelo Artigo 318 da CLT, se proíbe se ministre mais do que 4 aulas consecutivas, ou sejam alternadas num mesmo estabelecimento de ensino, por dia. E isto, já que os suplementaristas do futuro, regidos pelo novo Estatuto, serão regidos pela CLT, fica a pergunta, de como é que terão 22 horas semanais ou 44 horas semanais, e no caso, até, não são horas, são aulas previstas no 14 95?

Este assunto de aulas semanais, foi longamente debatido naquela CPI, e é bom que se leia, extraído do relatório do Deputado Basílio Zanusso, que, contrariando o Decreto 14/95, alinharam-se as seguintes objeções:

No seu item D, a Carga Horária 44, obrigatória ao profes-

sor suplementarista, seria excessiva e desumana, e neste caso também, prejudicial ao ensino.

Além disto, naquele relatório joibe um equívoco, porque o 14/95 não fala de horas, fala de aulas, 44 aulas. Está completamente omissa o substitutivo geral no que diz respeito a regimes de trabalho. Porisso que, nesta oportunidade, eu faço um apelo aos Srs. Deputados para que atendem e aprovem esta emenda, sem a qual praticamente o estatuto de nada vale, porque não fixa regimes de trabalho, e sim, um regime único e completamente não especificado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação os artigos 16 a 21 da emenda número 17, que foi reativada e trazida a Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. 27 Srs. Deputados aprovam. (Rejeitada a emenda).

Emenda reativada à parcial emenda número 17.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê a emenda):

"Seja incluído nas Disposições Transitórias o seguinte artigo:

"Art. — A passagem de um avanço de classe para outro dá-se quando o Professor ou Especialista de Educação completar cem (100) créditos, na forma do Anexo III".

JUSTIFICATIVA:

Não há nenhuma referência no Estatuto sobre o número de créditos necessários para a passagem de um nível de elevação para outro".

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. — Rejeitada a emenda.

O SR. OSVALDO MACEDO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. 27 Srs. Deputados aprovaram. — Rejeitada a emenda.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê a emenda)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. — Rejeitada.

O SR. OSVALDO MACEDO — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Será procedida a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. 26 Srs. Deputados aprovaram. — Rejeitada a emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê o artigo 127).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Os Srs. Deputados que aprovam o artigo 127 queiram conservar-se como estão. — Aprovado por unanimidade.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine que permaneça aberta a Biblioteca Pública, aos sábados até as 18 horas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao projeto de lei 104/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja enviado ofícios aos Srs. Secretários da Agricultura e Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, encarecendo providências no sentido de coibir a devastação que se verifica na Serra do Mar. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja abolida a fiscalização nos Postos de Tonelagem em diversas rodovias do Estado. — Em discussão.

O SR. WERNER WANDERER — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 186/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 617/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7088, de 11 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de EDILSON HEIBEL, matrícula número 242, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 20 de fevereiro de 1969 e 20 de dezembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1955, 1956, 1958 e 1965, contadas em dobro; e,

II — conceder, com fundamento no Art. 170 da mesma Lei, o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 20 de agosto de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 618/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8219, de 20 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de FLODOALDO TRINDADE, matrícula número 091, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (60) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido

entre 15 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 16 de setembro de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º SECRETÁRIO
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º SECRETÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 619/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7568, de 31 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ENIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula número 475, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas do exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 620/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7724, de 31 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RONALDO BAPTISTA, matrícula número 430, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 11 de janeiro de 1969 e 11 de novembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 11 de setembro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET
2.º Secretário